

ATA DA TRIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 07-5-2018.

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Dr. Thiago, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, e foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, nesta Sessão destinado a assinalar o transcurso do décimo quinto aniversário do Projeto Conte Mais, nos termos do Requerimento nº 036/18 (Processo nº 0359/18), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa Mônica Leal, presidindo os trabalhos, e Gabriel Nogueira Salum, Presidente da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Em continuidade, a Presidenta concedeu a palavra a Gabriel Nogueira Salum, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Dr. Thiago, em nome da Mesa Diretora, e João Bosco Vaz. Após, a Presidenta convidou Dr. Thiago a proceder à entrega, a Gabriel Nogueira Salum, de diploma alusivo à presente solenidade. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, André Carús, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna e Cassio Trogildo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Felipe Camozzato e Cláudio Janta. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Felipe Camozzato, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e dois minutos às dezesseis horas e três minutos. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Diego Marques, servidor da Empresa Pública de Transporte e Circulação, que se pronunciou acerca da campanha Maio Amarelo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Moisés Barboza. Às dezesseis horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento de autoria de Alvoni Medina, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 215/17 (Processo nº 1868/17). Em Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 041/17 (Processo nº 2615/17), por vinte votos SIM e nove votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Felipe Camozzato, Valter Nagelstein, Cassio Trogildo, Mauro Pinheiro e Sofia Cavedon, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassio

Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. A seguir, foi apregoado o Ofício nº 420/18, do Prefeito, informando que se ausentaria do Município do dia seis ao dia oito de maio do corrente, a fim de participar da 73ª Reunião Geral da Frente dos Prefeitos, em Niterói – RJ. Também, foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo nº 034/18 (Processo nº 0469/18), de autoria de Dr. Goulart. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 259/13 (Processo nº 2248/13), após ser encaminhado à votação por Marcelo Sgarbossa, Ricardo Gomes, Sofia Cavedon e Marcelo Sgarbossa. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 259/13, por sete votos SIM e treze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Rodrigo Maroni. Foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 259/13, por nove votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon e Não Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi aprovado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 021/17 (Processo nº 0355/17). Durante a Sessão, Cassiá Carpes, Sofia Cavedon e Reginaldo Pujol manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Cléber Vieira, Presidente do Sindicato Rural de Porto Alegre. Às dezessete horas e trinta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Ricardo Gomes, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein e Mônica Leal e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 15 anos do Projeto Conte Mais, desenvolvido pela Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS, nos termos do Requerimento nº 036/18, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Gabriel Nogueira Salum, Presidente da FERGS.

O Sr. Gabriel Nogueira Salum está com a palavra.

O SR. GABRIEL NOGUEIRA SALUM: Senhoras e senhores, boa tarde a todos. Em nome da Federação Espírita do Rio Grande do Sul e das mais de 400 instituições que integram a nossa federativa no Estado saudamos esta Casa do Legislativo Municipal de Porto Alegre, a Presidência e todos os Vereadores, assim como os nossos trabalhadores da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, os nossos Vice-Presidentes que aqui estão também, a nossa querida Viviane Pereira, Coordenadora do Programa Conte Mais, alguns conselheiros municipais e estaduais dos direitos da criança e do adolescente que estão aqui conosco. É uma alegria e uma honra para a Federação Espírita do Rio Grande do Sul celebrar 15 anos de atuação daquele que iniciou como um projeto, mas, hoje, pela sua permanência, tomou corpo de um programa: o Programa Conte Mais.

Para aqueles que por ventura ainda não tenham tomado contato com o nosso trabalho, o Programa Conte Mais, ao longo dos últimos anos, tem trabalhado com milhares de crianças e jovens no Município de Porto Alegre, fora e dentro do Estado, através da metodologia de contação de histórias. Temos aqui algumas imagens do nosso trabalho que são repassadas a vocês, o qual fazemos com muita alegria porque constatamos a efetividade desta metodologia de contação de histórias de cunho moral.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. GABRIEL NOGUEIRA SALUM: É um projeto que não tem uma vocação religiosa, embora seja implementado pela Federação Espírita do Rio Grande do Sul, trabalha com valores morais universais e com a perspectiva de desenvolver a autoestima da criança, do jovem, para reintegrá-los em contexto social dos quais eles foram postos à margem, muitas vezes, pela falta de uma educação mais profunda e mais efetiva. Nós temos um ônibus que vai ao encontro das instituições e também traz crianças para a sede da nossa Federativa, especialmente crianças em vulnerabilidade social nas escolas. Essas crianças têm o seu momento de contação de histórias, depois disso recebem a sua alimentação e outras atividades pedagógicas que lhes permitem

superar, com um pouco mais de facilidade, as muitas dores que as nossas mazelas sociais têm imposto às crianças e aos jovens do nosso Município, da nossa Capital e também do nosso Estado.

Nós temos a firme convicção de que os índices de criminalidade, de que a corrupção que acaba corroendo nossas estruturas, desde as estruturas dos lares até as estruturas da administração pública, têm um nascedouro na ausência de uma educação firme, sólida, que não se resume apenas à instrução. O conhecimento, bem sabemos, é neutro em si mesmo: o mesmo conhecimento que pode curar enfermidades graves pode construir bombas e armamentos; o mesmo conhecimento que enobrece a academia pode acabar maculando a reputação do homem por práticas infelizes. Então, como superarmos tudo isso? De que maneira nós vamos reduzir uma população prisional que está esquecida de nós? De que forma nós vamos tratar melhor os nossos adolescentes que estão na FASE? É preciso educar, mas educar moralmente. É preciso transformar os nossos próprios exemplos, a fim de que essas crianças e jovens, Dr. Thiago – que muito nos engrandece mais uma vez, acolhendo o pleito da Federação Espírita do Rio Grande do Sul e propondo este momento de homenagem – sejam atingidos; é preciso que, cada vez mais, unamos esforços para educar essas crianças e jovens. E o Conte Mais tem essa perspectiva transformadora. Nós temos constatado, todos os dias, que as crianças e jovens que tomam contato com as nossas histórias, distribuídas em livros – são mais de 400 histórias, seja em livros para educadores e livros ilustrados para as próprias crianças –, reduzem a evasão escolar, reduzem a violência nas próprias escolas, fazendo com que sejam mais bem inseridas nos seus lares e na sua realidade.

Então, queremos reiterar o nosso pleito de gratidão aos nossos antecessores que implementaram essa ação que hoje nos cumpre continuar, bem como ao Legislativo de Porto Alegre, conclamando a todos aqueles que nos ouvem nesta oportunidade que conheçam o programa Conte Mais, acessando o *site* da nossa federativa: fergs.org.br. Unidos, nós vamos, sim, transformar o contexto social e fazer uma sociedade mais fraterna, mais justa e mais feliz. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Thiago, em nome da Mesa Diretora, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Essa atividade lúdica, Presidente, que acaba sendo, de certa forma, ajudada pelo Funcriança mostra a importância também desses fundos municipais. A partir da atividade lúdica, sem dúvida nenhuma, nós vamos ter menos crianças na rua, nós vamos poder trazer e traçar um novo paradigma para essas crianças, fazendo com que elas efetivamente deixem as ruas e possam ter outros exemplos norteadores nas suas vidas. A questão da drogadição e do alcoolismo, principalmente em tenra idade, tem mostrado os desvios que a juventude pode ter. E a Federação Espírita com este projeto e com outros tem trabalhado muito na promoção à saúde e na prevenção a estes

dois males da sociedade. Nós sabemos hoje, por exemplo, que o alcoolismo inicia nas crianças com 11 ou 12 anos de idade. Projetos lúdicos e emancipadores como esse podem evitar esse caminho, dar um outro norte, um outro exemplo para essas crianças, para esses adolescentes que tanto precisam. Nós observamos, por outro lado, que a gravidez na adolescência também é um problema de saúde pública, principalmente a gravidez indesejada e que pode, nessa concepção social que não tem a matiz religiosa como seu principal, como seu grande alicerce, mas, sim, alicerces morais que cabem em todas as religiões, como vocês fazem, podem fazer com que essas crianças efetivamente tenham outro caminho. Então eu, em nome da Mesa, em nome dos meus colegas, sinto-me honrado em poder falar em nome da Casa do Povo em tão brilhante projeto que já dura 15 anos.

Vereadora Sofia Cavedon (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Ver. Dr. Thiago. Eu também acho muito pertinente dar divulgação, fortalecer iniciativas como essa, muito bacana. Eu não sabia que Federação Espírita realizava esse trabalho, que tinha esse ônibus. Nós somos entusiastas da contação de histórias, porque, não como pais e mães, mas como educadores também, tínhamos na nossa rede municipal de ensino grupos de alunos, inclusive, que contavam histórias. Hoje está tão esvaziado! A gente teve a notícia lamentável, Ver. Dr. Thiago, que apesar desta Casa ter derrubado o veto, a Câmara do Livro não vai fazer o Adote um Escritor, tamanha a burocratização que a SMED, infelizmente, dando - engessando - para um programa maravilhoso que dialoga com a contação: a adoção de escritores, a compra de acervos. A sociedade civil continua fazendo a sua parte, e quero aqui homenagear a Federação Espírita. Infelizmente o Governo está muito aquém do que a sociedade civil tem feito em várias áreas. Parabéns! Resistiremos juntos, porque direito à leitura, direito à infância passa pelo livro e passa pela relação adulto contando histórias para crianças. Que bonito!

Vereador Tarciso Flecha Negra (PSD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Dr. Thiago. Quero cumprimentar aqui o Gabriel, Presidente: maravilha o que estás fazendo. Quero também dar os parabéns para todos os representantes da Federação Espírita do Rio Grande do Sul envolvidos no Projeto Conta Mais. Sou um grande incentivador; acredito muito no desenvolvimento das crianças através da contação, da leitura da história infantil. Conheço pessoas que fazem esse trabalho voluntário, pessoas que me ligaram e perguntaram, pois antes de ser Vereador, eu já fazia um trabalho voluntário mais ou menos deste tipo com as crianças. Esse rapaz, voluntário na escola, pequeno empresário, foi para o bairro Mário Quintana - os resultados estão sendo muito, muito bons. O Projeto Conta Mais estimula desde cedo o gosto pela leitura, a imaginação, a criatividade, a fala, a escrita, principalmente as boas atitudes das crianças. Por isso, Dr. Thiago, parabéns; parabéns à Federação; contem comigo!

Vereadora Comandante Nádia (PMDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Muito obrigada, Ver. Dr. Thiago, te parablenzo por estar trazendo hoje aqui a Federação Espírita, muito propícia esta conversa no dia de hoje, até porque todos os dias são importantes para que a gente trabalhe a questão dos nossos futuros, que são crianças e adolescentes. A bancada do PMDM, composta por esta Vereadora e meus colegas, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. André Carús, Ver. Pablo Mendes Ribeiro, parablenza-o por esse trabalho. Tenho acompanhado a Federação Espírita, por ser espírita, enfim. Sabemos da condição que vocês colocam ali para aquelas crianças: o amor incondicional, a resiliência, o respeito, o resgate exatamente dos valores que tanto faltam hoje na sociedade. Quero parablenzar a ti, à Federação; podes contar com a bancada do PMDB, em cada um, individualmente na nossa coletividade aqui, para que a gente possa te apoiar no que for necessário. E que a gente continue, sim, botando as nossas esperanças nas crianças e nos adolescentes, que serão a nossa continuidade. Por certo, a Federação está plantando sementes, cujos bons frutos serão colhidos logo adiante. Parabéns, e vida longa à Federação Espírita.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabéns por essa iniciativa maravilhosa, quero dizer que não tive oportunidade ainda, mas estou pensando numa oportunidade e tempo, até porque minha esposa e minha filha já participam da vida espírita, ali ao lado do Hospital Espírita, e naturalmente têm uma paixão muito grande, querem me levar; vou encontrar o momento adequado para fazer presença. Mas esse projeto, Projeto Conte Mais, é fundamental. Se nós tivéssemos essa integração, essa interação que as crianças fazem, nas escolas normais, Dr. Thiago, conversar, contar histórias, falar. As crianças hoje não sabem mais falar; os jovens e adolescentes têm imensa dificuldade de falar. Automaticamente, esse Projeto Conte Mais dá condições de interagir e ter a condição de passar conhecimento. É fundamental, parabéns, é dessa forma que vamos fazer um Brasil diferente. Parabéns a todos.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): A proposta didática de educação da inteligência emocional e da construção da identidade moral positiva da criança e do jovem que utiliza o recurso da contação e leitura de histórias como uma mensagem que educa a emoção e o sentimento, através de uma linguagem simbólica: este é o projeto Conte Mais, transmitindo às crianças valores morais necessários em todas as épocas, principalmente nos dias de hoje, em que percebemos uma sociedade um tanto carente de referências. O trabalho é desenvolvido com a contação de histórias e atividades complementares, trabalhando a concentração, sociabilidade, criatividade e motricidade das crianças. O Projeto Conte Mais foi lançado dia 1º maio de 1948; em 2003, os primeiros 1000 livros da Coleção chegaram às prateleiras da Livraria Francisco Spinelli. O tempo passou, o Conte Mais cresceu e hoje muitas sementes são lançadas no solo fértil das mentes infanto-juvenis. Sementes de amor, de caridade, de fé, de esperança, de amor a Deus, ao próximo, amor à natureza e, principalmente, amor a si mesmo;

sementes de esperança, de paz, de um futuro melhor. Um Projeto dessa relevância merece um espaço adequado às necessidades para desenvolvimento dessa proposta tão dignificante. Assim, o Poder Público tem o dever de manter esse tipo de atitudes vivas em nosso Município.

Vou terminar fazendo uma propaganda: os cidadãos podem doar valores de incentivo ao projeto, que tem parecer favorável do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e que possibilita que pessoas físicas possam contribuir financeiramente com dedução direta de impostos na declaração anual de imposto de renda. Então, fica a dica e a forma de nós podermos manter cada vez mais vivo e pujante o projeto.

Muito obrigado pela oportunidade de poder homenagear o Projeto Conte Mais. Parabéns pelo trabalho, e que possamos criar uma sociedade, sem dúvida nenhuma, melhor.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Boa tarde, Sra. Presidente, Presidente Gabriel, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Tanto o Presidente da Federação Espírita quanto o Ver. Dr. Thiago disseram que esse projeto não tem nenhum fundo religioso. Eu frequento a Sociedade Legião Espírita, e hoje é dia. Na realidade, esse projeto tem muito de um fundo religioso, de um resgate, e de um resgate importante, no momento em que estamos vivendo uma crise ética, moral, em que as pessoas perderam os limites, perderam os princípios, não respeitam a hierarquia. Dentro da espiritualidade de cada um - a frase é conhecida, mas é verdadeira -, nada acontece por acaso. E esse é um projeto, Ver. Dr. Thiago e demais Vereadores e Vereadoras, com uma profundidade muito grande da inclusão social dessas crianças, da interação dessas crianças com seus instrutores, com a realidade da leitura, com seus coleguinhas. Ali começa exatamente a possibilidade da espiritualidade, de poder olhar para dentro de nós mesmos e perguntar que tipo de caridade a gente faz, qual o tempo que nós temos para as nossas famílias, se é que temos, para os nossos filhos, que, muitas vezes, não querem um conselho, não querem uma palavra amiga do pai ou da mãe; muitas vezes nossos filhos querem apenas ser ouvidos. E nós, dentro das nossas atividades, da correria do dia a dia, não paramos para dar esse tempo a eles e à nossa família. Quando a Federação Espírita reúne crianças com a intenção da aproximá-las, de oportunizar a elas o conhecimento, é um projeto que dá para se olhar de maneira macro e enxergar, nesse projeto e em tantos outros que as casas espíritas fazem, que é o bem-estar das pessoas poderem estar ali colaborando, convivendo, ajudando, principalmente no desenvolvimento pessoal, não só da matéria, mas o desenvolvimento espiritual. Todos nós queremos a felicidade, todos nós buscamos a felicidade. Eu, através do espiritismo, já entendi o que é a felicidade: ter harmonia interior, equilíbrio emocional, paz de

espírito. Isso é felicidade. Vou repetir: harmonia interior, equilíbrio emocional, paz de espírito, dentro do possível, das possibilidades, praticar a caridade, mas entendam que a mão esquerda não precisa saber o que a mão direita fez. Muitas pessoas que conheço praticam a caridade e saem aos quatro ventos alarmando o que fizeram de bem ao próximo. Não precisa disso. Precisa ouvir, precisa conversar, dar o ombro amigo e ajudar dentro de todas as possibilidades que são possíveis. Falando assim parece que não tenho os meus demônios internos. Também tenho, como todos nós temos, mas eu procuro toda a semana, quando estou na Sociedade Legião Espírita, me desenvolver para ser uma pessoa cada vez melhor. É difícil? Muito difícil, mas vale a pena tentar. Parabéns, Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convidamos o Ver. Dr. Thiago e os demais Vereadores para procederem à entrega do Diploma ao Sr. Gabriel Nogueira Salum, Presidente da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, em homenagem aos 15 anos do Projeto Conte Mais.

(Procede-se à entrega do Diploma.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Esse é um projeto exemplar que age na educação das crianças, estudantes de Porto Alegre, na preparação de cidadãos mais conscientes, solidários, mais instruídos para as boas atitudes, no enfrentamento de um mundo de valores perdidos ou esquecidos, onde a competição é tão evidenciada, assim como o consumismo e importância do ter acima do ser. Temos que cuidar desse ser como um todo, em nível mental, físico e espiritual. Agradeço ao Ver. Dr. Thiago pela oportunidade, bem como pela presença das senhoras e dos senhores. Parabenizamos, mais uma vez, a Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS, e damos por encerrada a presente homenagem.

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Agradeço à Ver. Mônica Leal, cumprimento também a Federação Espírita do Rio Grande do Sul - FERGS, me desculpando pela ausência. Eu estava recebendo o ex-Deputado, hoje candidato à Presidência da República, Aldo Rebelo, que está visitando o Estado, a nossa Casa, acompanhado do Ver. Cláudio Janta, o que para mim é uma grande surpresa, confesso, porque o Deputado Aldo Rebelo é um profundo conhecedor da história do Rio Grande do Sul, Ver. Adeli Sell, desde a formação das raízes do nosso Estado, da Guerra da Cisplatina, passando pela grande Guerra do Uruguai, passando pela Revolução Farroupilha, pela Revolução de 1923, enfim, conhece tudo e é um cavalariano que vem aqui integrar a nossa Cavalgada do Mar e outros eventos, e com seu proverbial sotaque, na verdade, de Alagoas, ele é mais gaúcho do que muito gaúcho - fiquei surpreso com

isso, Ver. Cassio. Ele monta, é membro de CTGs, faz a Cavalgada do Mar, com o Dr. Luiz Amaro Pellizzer, com os nossos colegas da OAB. Eu entreguei ao Aldo Rebelo um livro do nosso Tônico Alvares sobre a Revolução de 1923, envolvendo Borges de Medeiros e Assis Brasil.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Valter, tive a oportunidade de cumprimentar aqui, no corredor da Casa, o Aldo Rebelo, o qual conheci em 1978, me recebeu generosamente na Casa do Estudante lá em Maceió, Alagoas; de lá para cá por muita e muitas vezes nos encontramos, sei do seu profundo conhecimento sobre a história do Rio Grande do Sul. Eu já tenho dito isso ao Tônico que aquele livro que V. Exa. fez menção, para mim, é extremamente importante entre outros tantos para conhecer a história do Rio Grande do Sul. Aqui, por várias vezes, já disse que sou Assista dos quatro costados, acho que foi uma grande personalidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Quero tratar de temas municipais. Queria dizer às senhoras e aos senhores que o café é um combustível para nós e nada como tomar um bom café, Ver. Alex, nas boas cafeterias da Cidade. Na Cinemateca Capitólio havia uma cafeteria, fechou. Na Praça Otávio Rocha, havia uma cafeteria, fechou. As duas eram cafeterias licenciadas, permissionadas pelo Poder Público Municipal. Qual é o problema, nobre colega Carús? A Prefeitura faz uma licitação pelo maior preço de aluguel. Esse é um certame completamente equivocado, a pessoa fica esperançosa, acha bacana aquele local e não tem condições de mantê-lo. Hoje a praça Otávio Rocha voltou a estar abandonada, como a rua Otávio Rocha, que, durante a gestão do Prefeito Raul Pont, junto com os comerciantes, foi belamente revitalizada, e eles se lembram até hoje. Depois, na gestão do Prefeito Verle, foi feita toda uma revitalização da Praça Otávio Rocha, com apoio dos comerciantes, e eu fui um dos seus articuladores. Hoje nós estamos sem o café da Otávio Rocha, sem o café da Cinemateca porque o Poder Público Municipal é incapaz de conhecer como funciona a verdadeira estrutura organizativa e econômica da cidade de Porto Alegre.

Não bastasse isso, vejam a situação dos banheiros do Mercado Público. Mais uma vez, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, antiga SMIC, chamou a si o controle de banheiros, quando deveria fazer uma parceria com a associação dos permissionários, como foi de fato no passado, mantendo os banheiros públicos limpos. Hoje os banheiros estão impossíveis de serem usados no Mercado Público. Sábado ainda ouvi, ao estar lá, como vou com muita frequência. Estava lá a Feira do Gibi, que casualmente sábado fez 15 anos. Assim, eu peço e quero tomar iniciativa, Presidente Valter, de fazer um abaixo-assinado dos Vereadores para mandar ao Prefeito Municipal sobre essa questão dos banheiros públicos na cidade de Porto Alegre. Já falei do abandono da Otávio Rocha, mas poderia falar do abandono do Viaduto Otávio Rocha e de outras praças da Cidade, mas quero aqui colocar a minha preocupação sobre a rua Voluntários da Pátria. Apesar da ação da Brigada Militar, nós precisamos ter arrumação da rua, mais policiamento, mais ações comuns como são

feitas em alguns momentos no Centro Histórico com a Guarda Municipal porque ela está completamente intransitável.

E quero colocar aqui uma outra preocupação sobre uma empresa pública Municipal, a Carris, que tem acarretado prejuízos, ano a ano. O Vereador-Presidente mencionou o aumento das multas numa de suas falas há dias aqui; para minha surpresa, estudando o balanço da Carris, verifico que nós tivemos prejuízos em 2017, prejuízos em 2016, uma situação muito difícil, porque o patrimônio da Carris é de apenas R\$ 17 milhões, tendo um gasto anual em torno de R\$ 100 milhões, com volumosos prejuízos.

Para concluir, não poderia deixar de mencionar a disputa que continua sobre o Adote um Livro, com uma quizila com a nossa Câmara Rio-Grandense do Livro, que vamos tentar solucionar aqui através da nossa Frente Parlamentar, com a Ver.^a Fernanda Melchionna, o Ver. Pujol, a Ver.^a Sofia e eu, que temos participado mais ativamente dessa Frente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Adeli Sell, eu cumprimento o Vereador pela fala. Eu caminhei, da Av. Farrapos até a rodoviária, para comprar uma passagem, agora, essa semana, e me senti no pior lugar do mundo. Os senhores sabem o que é aquele local. Depois saí da rodoviária, porque, na verdade, o nó do trânsito - e aproveitando que a EPTC está aqui - é um negócio que é quase impossível de entender. E aí a gente sai direto lá na *freeway*, depois, tem que voltar pela Rua Voluntários da Pátria. E a Vila dos Papeleiros, meus caros Vereadores, é uma vergonha para qualquer cidade do mundo. Aquela situação ali é absolutamente inaceitável. E tenham a certeza os senhores de que a população de Porto Alegre culpa a nós também disso. É um problema.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Sr. Presidente, boa tarde, Vereadores, Vereadoras, Ver. Moisés, em especial, Ver.^a Lourdes. Tu não estavas aqui, Ver. Moisés, mas os anos que iniciei no mandato de Vereador foram muito difíceis. Primeiro, para ser aceito dentro da causa animal; segundo, para poder fazer o bem para os animais, o que parece ser simples, mas é uma causa muito complexa, e muito por conta da antiga gestão da Secretaria Especial dos Direitos Animais. Eu falo isso porque na quinta-feira, quando protocolei a CPI, quero dizer o porquê desta CPI que teve 23 ou 24 votos. Eu acho que nunca uma CPI foi tão bem... Talvez mais dois ou três Vereadores assinem, porque é uma CPI para entender a lógica daquela obra faraônica que tem lá na Lomba do Pinheiro e que hoje é pouco utilizada, para entender para onde foram os recursos daquela obra que foi doada, de fundo privado, mas tudo que está por trás, inclusive a atual Gestão que está pagando hoje com pouquíssimos atendimentos. E eu sou quem mais atende animais, seguramente, no Rio Grande do Sul, talvez no Brasil, tenho autoridade para falar sobre isso. Hoje tem pouquíssimos atendimentos, mas não é consequência direta do que tem aqui, é consequência das dívidas de albergagem de

animais - dívidas de albergagem! A Prefeitura pagava para ONGs. E onde tem ONG tem que ter transparência. O número de CCs expressivo que tinha! Nunca uma Secretaria teve tantos CCs, era a Finlândia na Prefeitura! Meus colegas que foram Secretários na última gestão, quero que lembrem se era ou não era tratada como a Finlândia. As outras eram Paraguai, Uruguai, e a SEDA era a Finlândia. Tinha carros de outras Secretarias, telefones de outras Secretarias. Não dito por mim, dito pelo próprio balanço da atual Secretaria e pelo próprio balanço da redução e enxugada da máquina que houve aqui. E aí tu vais entendendo... Hoje tem uma ONG que, infelizmente, vive uma realidade... Não foi eleita, Felipe, tu que combates ONG, essa a gente tem que olhar, que é a ARPA, uma ONG que não foi eleita e que não tem prestação de contas. Faleceu o Presidente... E o que demonstra isso? E aí eu entendo a minha entrada, quando eu vim do litoral, pois nem queria assumir aqui, como Vereador, porque eu pagava os atendimentos veterinários. Mas por que algumas pessoas não queriam? Porque animal dá dinheiro. Lamentavelmente, animal dá dinheiro. Tratamento veterinário tem o mesmo custo do tratamento do ser humano. E aí essas pessoas que faturaram 10, 20, 30 anos em cima de ONGs, em acordos com isso e com aquilo, inclusive a Secretaria... Nós vamos abrir a caixa-preta da Secretaria da gestão passada, porque ali teve muito acordo com ONGs. Eu quero ver todos e quero ver a obra, para onde foi destinada. É para isso que vai servir a CPI: para mostrar a realidade e as consequências em que vivem os animais. Hoje há em Porto Alegre, dizia a antiga Secretaria, em torno de 500 mil animais abandonados. Eu sempre soube que as instituições têm vergonha de falar a verdade. Na minha opinião, deve haver 2 milhões de animais abandonados em Porto Alegre, por baixo. Eu desconheço bairro em Porto Alegre que não tenha centenas de animais abandonados, que não têm atendimento, onde não foi feito planejamento. Hoje, temos um hospital de fachada, da forma mais oligárquica, que é inaugurar uma obra como se fosse um coronel do nordeste para mostrar um *shopping* atrás. A inauguração de obra é a coisa mais ridícula que um político pode fazer. Foi feito um hospital onde não tem cirurgia, Ver. Aldacir Oliboni, não tem raios X, que não tem o básico! As pessoas me ligam para atender animal atropelado, para animal que foi esfaqueado, para animal que foi baleado porque não tem o se fazer a não ser dar um remédio e mandar embora, ou fazer a pessoa pagar. E esse animal, que muitas vezes as ONGs acolhiam para ganhar dinheiro, e que acaba custando perto de R\$ 2 mil por animal, infelizmente não tem um atendimento em serviço público nem em Porto Alegre, nem em grande parte da cidade. Por isso é que eu espero abrir a caixa-preta da causa animal, pois, lamentavelmente, há muitos anos os animais são explorados, e não vai para eles o dinheiro.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Rodrigo Maroni. O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou dividir o tempo de Comunicações em algumas falas, em alguns temas que são importantes. Primeiro, sobre o projeto de revisão da planta do IPTU. Felizmente, nós aprovamos aqui, na semana passada, um requerimento criando a Comissão Especial, que, de forma plural, respeitada a proporcionalidade desta Casa, vai contar com a participação de 12 Vereadores, e, muito embora o projeto esteja protocolado com Regime de Urgência, eu espero que os trabalhos da Comissão Especial aprofundem o debate sobre esse tema entre os Vereadores e também, no que for possível, com a população. Tivemos uma audiência pública quando essa mesma matéria foi debatida aqui, no ano passado. Repito e insisto que nós devemos aprofundar regionalmente. Se não dá tempo de fazer uma audiência pública, Ver.^a Mônica Leal, Ver. João Carlos Nedel, nas 8 regiões de planejamento, então, vamos fazer nas três divisões fiscais, por exemplo, conforme consta no projeto. Tenhamos uma proposta alternativa para que a sociedade aprofunde o conhecimento dessa revisão da planta. Algumas mudanças aconteceram do projeto de 2017 para cá; é preciso que esse debate seja feito com a sociedade, principalmente porque está em Regime de Urgência. Para contribuir e subsidiar as nossas decisões não só sobre a revisão da planta do IPTU, mas também sobre o pacote que altera as regras previdenciárias e o plano de carreira dos servidores, encaminhei dois Pedidos de Informações para que a Secretaria Municipal da Fazenda nos responda. Primeiro, quanto efetivamente se economizou com a reforma administrativa que esta Casa aprovou na gestão pública do Poder Executivo. Está previsto em lei! O Governo tem dito que foram economizados mais de R\$ 500 milhões, mas nós queremos esses valores discriminados. Se economizamos R\$ 500 milhões com a reforma, reduzindo 22 secretarias; se o ISSQN bateu o recorde de arrecadação - aí falo de receitas próprias do Município -, chegando a R\$ 186 milhões no final do ano passado; se tivemos com o Refis acordos celebrados que somam R\$ 40 milhões, e o déficit no orçamento para este ano é de R\$ 708 milhões, nós temos que esclarecer isso. Certamente esses números vão subsidiar a decisão dos Vereadores a respeito desse pacote, tanto de ordem tributária e previdenciária, como também no que altera o plano de carreira dos municipais.

Quero também aqui referir que participei, na semana passada, do anúncio do plano de enfrentamento à situação das pessoas que estão morando na rua em nossa Cidade, o qual enxergo com muito otimismo. Lá estivemos, eu, o Ver. Mendes Ribeiro, Líder da nossa bancada, Ver.^a Comandante Nádia e também a Ver.^a Lourdes Sprenger. Espero que, efetivamente, tanto o Programa Moradia Primeiro como toda a assistência em saúde que está se prometendo nesse programa sejam efetivados, mas nem só de dependentes químicos vive a população adulta em situação de rua na Cidade; muitos deles foram abandonados, estão em vulnerabilidade social, vieram do interior, não têm para onde ir, não têm emprego. É um pacote robusto, mas nós precisamos que ele aconteça em prazos razoáveis, porque de anúncios sem ações concretas o povo está cheio.

Por fim, quero saudar uma iniciativa da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que, logo que assumiu, o Governo criticava a coleta automatizada que é feita

por contêineres em Porto Alegre. O Governo dizia que é um sistema que não deu certo; a coleta feita por contêineres, segundo o atual Governo, não funcionava, como se propôs no início. Pois hoje está sendo concluída a instalação de mais 172 contêineres avançando sobre a Zona Norte da Cidade. Mais uma mudança de opinião, reconhecendo avanços importantes da outra gestão, porque se a coleta automatizada não dá certo em alguns pontos, não é só culpa do Poder Público, é o cidadão também que deve colaborar, deve descartar nele só o resíduo orgânico, respeitar e observar os dias da coleta seletiva para dispor o seu lixo seco nos dias e horários adequados. Avança a coleta automatizada para o bem da Cidade. E quando se dizia que não deu certo, e quando se dizia que não funcionava de maneira adequada, pelo visto, se voltou atrás, e as boas iniciativas têm que se considerar. Sempre digo que não é preciso destruir o anterior para construir o novo; é preciso também saudar as boas iniciativas que vêm dando certo na Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. André Carús. Eu só quero lamentar, Ver. André Carús, que até hoje nós não temos baixa de recolhimento de focos de lixo, poderia ter aquelas estruturas subterrâneas, cisternas, que põe um *big bag* ali dentro e tira o lixo; o lixo fica todo solto, e onde tem foco de lixo, a primeira chuva que vem, o primeiro vento que tem, espalha tudo e entra nos bueiros. É uma coisa simples - não sei por que o DMLU não faz isso.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Presidente, agradeço ao Ver. Aldacir Oliboni por poder falar no tempo da nossa bancada, em Comunicação de Líder, Ver. Adeli, Ver. Marcelo Sgarbossa, eu quero falar do CETE e dos bombeiros. Vários Vereadores aqui estão preocupados com esse tema. A Associação Menino Deus solicitou que esta Casa realize uma audiência pública, Presidente, para fazer uma escuta da população de Porto Alegre, pois é uma política Estadual que atinge diretamente a nossa Cidade, porque são milhares de pessoas: homens, mulheres, crianças, meninos e meninas com deficiência, atletas de alto nível que praticam naquele espaço que é o único espaço público que ainda resta para a prática esportiva de alto nível, aberto, gratuito, e também, Vereadores, Ver. Bosco, de prática diária, cotidiana, de caminhada, de musculação, de corrida, de esportes e lutas mais variados. Ora, esse Centro de Treinamento está ameaçado, sim, porque a intenção do Governo do Estado é juntar duas atividades de natureza distintas. Elas podem ter o mesmo nome, treinamento, como é a academia dos bombeiros para treinar bombeiros, e o CETE - Centro Estadual de Treinamento Esportivo, só que as características e os objetivos são muito diversos. Os bombeiros, que desde 1951 ocupavam a área da Silva Só, são atividade militar, Ver.^a Comandante Nádia; portanto, é uma área estratégica, tem prevalência sobre atividades esportivas em geral se, lá se instalarem, teremos uma área militar, será uma área fechada, sim, e sempre que tiver curso de formação, no mínimo 300 bombeiros estarão

utilizando as áreas do CETE, serão suspensas as atividades. Também para lá está prevista a transferência do comando dos bombeiros; portanto, mais de cem pessoas envolvidas nesta coordenação de uma corporação do Estado inteiro que passará a ocupar os espaços que hoje são de estacionamento, espaços que seriam para casa das federações, áreas livres, áreas verdes, árvores que são tão importantes naquele espaço que é um bairro que já tem bastante aglomeração e cujas ruas ao redor são ruas estreitas. Portanto, tenta o Governador aparentemente vestir um santo que ele mesmo desvestiu, desvestindo outro. Por que retirar os bombeiros – e vamos falar mais deles – daquela área estratégica para a Cidade de Porto Alegre, de onde, com ruas largas ao redor na Silva Só, os bombeiros podem se deslocar para a Cidade inteira, atender sinistros, atender incêndios e necessidades da população. Estará o Governo do Estado mais interessado em fazer negócios com a história, com a identidade e com a potencialidade dos bombeiros. Ali já foi um centro de atendimento à Cidade, já foi um quartel, já foi uma ação de bombeiros fechada por falta de efetivos. Ali, um ginásio de esportes que atende a comunidade, que marca a história do esporte em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil, porque ali se deu a abertura e o encerramento das Universiades, nos anos de 1970, portanto, de memória fundamental na história do esporte e do lazer e da nossa inserção no mundo. Ora, o governador, na sua lógica de Estado mínimo, na sua conta internista e em si mesmo, simplesmente, resolveu que vai comercializar aquelas áreas. Já tentou uma primeira licitação, deu vazia, porque os interessados estão tentando baixar preço. Baixar preço para aviltar os próprios públicos estaduais e comprar por baixo preço. Trocar uma sede de bombeiros, um centro de treinamento, uma academia, uma história dos bombeiros por um *shopping center*, por uma exploração comercial privada é absurdo. Os bombeiros já perderam seu espaço na frente do Carrefour, Presidente; nós temos agora só um ponto lá em Teresópolis para atender, desde a Cavalhada até a Lomba do Pinheiro. Nós estamos de risco na cidade de Porto Alegre, e de novo, essa Corporação foi desrespeitada. Vou encerrar dizendo que nosso CETE, que abriga 21 modalidades de esportes e lutas; 26 federações, mais de três mil pessoas diariamente; e práticas esportivas em aulas, frequentes e matriculados, 1.600, não pode ser atingido dessa maneira por uma política desastrosa para os bombeiros e para o esporte, lazer e recreação desta Cidade e deste Estado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Sofia. Só quero fazer um registro: vários outros Vereadores também já se manifestaram em favor do CETE, inclusive, houve uma reunião no Comando-Geral do Brigada Militar, com a presença do Comandante-Geral da Brigada Militar, do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, com provocação do Ver. Cassiá, acho que o Ver. Mauro Pinheiro também, a Ver.^a Comandante Nádia estava. Fomos lá, nos apresentaram os projetos, a garantia de que aquele espaço permaneceria para a utilização das pessoas e, obviamente, que, sim, uma questão ficou em aberto, que seria o estacionamento. Se de fato for para lá a Escola de Formação de Bombeiros fica sem espaço para

estacionamento. Aí houve uma sugestão de desapropriação de um terreno contíguo para que fosse feito um prédio de garagens nesse terreno. Mas tudo isso, Ver.^a Sofia, estava condicionado à venda dessa outra área ali ao lado do ginásio da Brigada Militar. Como esse leilão deu deserto, me parece que essas coisas ficaram todas em *stand-by*, não avançaram. Agora, sem dúvida, a Câmara de Vereadores precisa estar atenta para essa questão, precisa garantir que o CETE tenha a utilização que tem. Eu, em um determinado momento do passado, fiquei muito irredimido quando proibiram grupos de corrida de treinar no CETE, e não só no CETE, o Ver. João Bosco Vaz lembra, também ali na Redenção, proibiram professores de fazer *personal*, e eu não via o porquê disso. Depois houve uma mediação, a Secretaria cedeu. É como na ESEF, que tinha sido fechada para a utilização das pessoas e agora, felizmente, a Universidade Federal resolveu reabrir, porque não tem sentido fazer uma pista daquelas, um baita investimento, e as pessoas não poderem utilizá-la, a pista ficava fechada, só era usada para os estudantes.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Em relação a este assunto, quero deixar bem claro que após essa reunião em que nós estávamos presentes, no quartel da Brigada, ali na Rua dos Andradas, na qual tomamos conhecimento desse projeto do CETE, nós trouxemos o tema à Comissão de Educação e Esportes desta Casa, debatemos, trouxemos os Bombeiros, que explanaram a proposta e mostraram o projeto, e, dali em diante, nós evoluímos num debate com a comunidade do CETE. Posteriormente houve a presença do Promotor, enfim, de toda a comunidade, há uma mobilização muito grande, sempre alegando e sempre afirmando que não há nada em relação ao Corpo de Bombeiros, que é uma instituição consolidada e a mais respeitada, quem sabe, deste Estado, e eu posso falar com a maior tranquilidade, porque, quando Deputado, votei a favor da separação. O debate tem se dado no melhor ambiente, buscando um entendimento e com o objetivo de mostrar que existem várias áreas na Capital e que não há necessidade de ser naquela área do CETE, inclusive está sendo colocada essa questão na Assembleia Legislativa, porque o CETE é do Estado, embora a comunidade porto-alegrense o frequente, portanto está no âmbito das duas esferas, e na Assembleia há a proposição de uma frente parlamentar específica para o caso do CETE. Portanto, evoluiu graças àquele primeiro encontro que nós tivemos lá com V. Exa. e, posteriormente, na Comissão foi dado andamento, com o Ver. Tarciso e todos nós, com o objetivo de dialogar, buscar o entendimento e mostrar as dificuldades da colocação de seis, sete ou, quem sabe, onze torres naquele mesmo local, mas isso se dá num ambiente natural, de educação, de buscar o entendimento em harmonia. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, quero dizer que esse assunto está bem encaminhado, a comunidade porto-alegrense tem feito abaixo-

assinados. Nada contra os Bombeiros, mas ali é um templo do esporte, Ver. João Bosco, V. Exa. foi sempre um incentivador daquela área, e nós sempre gostamos de Porto Alegre, adoro aquela área maravilhosa do esporte. Estão bem encaminhadas as proposições, no sentido de preservar para o esporte aquela área.

O que me traz hoje aqui é outro assunto. Vou falar um pouco sobre o IPTU, sobre duas matérias que eu colhi a partir de sexta-feira. Primeiro, quero falar que o jornalista - bom jornalista! - Paulo Germano traz uma matéria dizendo que, em tese, é a favor do aumento do IPTU; mas aí ele discorre sobre a matéria e complementa que a Prefeitura arrecadará R\$ 70 milhões em 2019 e mais R\$ 250 milhões em 2022, quando se encerra a progressão da nova alíquota. Ele continua dizendo que não vê problema, que é a favor, mas em tese. Então ele vem para a parte mais importante dessa matéria, em que fica a grande dúvida, Ver. Robaina: “Mas é razoável que as pessoas planejem, que saibam precisamente quanto passarão a pagar em 2019, 2020, 2021 e 2022. A Prefeitura deveria publicar em seu *site* um simulador, uma ferramenta que permitisse a todo proprietário de imóvel calcular quanto pagará. Por que não se faz isso? Assessores [da Prefeitura] garantem que existe, sim, tecnologia à disposição para desenvolver essa plataforma. A questão é que, na visão da Prefeitura, as pessoas terão um aumento de imposto ao consultar esse simulador, passarão a lutar contra o projeto”. Aí está a tese dele, ele não complementa, não tem o raciocínio conclusivo da sua ideia, fica a tese de que a Prefeitura mesmo disse que não tem condições, ou não quer fazer o simulador porque isso traria...(Lê.) “Eles vão colocar seu interesse particular à frente do interesse da cidade inteira”, diz um membro do Governo. Olha a contradição. Quero concluir esse lado, para depois entrar noutra matéria do mesmo assunto, nós, Vereadores, não podemos ter tese, nós temos que ter convicção de que estamos votando um aumento de imposto para a população de Porto Alegre e aí as suas consequências no dia a dia da cidade, no dia a dia das pessoas, que tem imensa dificuldade. O mesmo assunto (Lê.) “O IPTU e o Liberalismo Pampiano”. Essa é uma matéria do meu conterrâneo Pedro Dutra Fonseca, um grande economista. Nós fizemos um curso de gestão, na UFRGS, Cassio, o PTB me propiciou essa oportunidade. Ele diz: (Lê.) “Essa reflexão introdutória ajuda a pensar sobre o aumento do IPTU em Porto Alegre. Seja pela mudança de alíquota, seja pela atualização do valor venal dos imóveis, o contribuinte pagará mais imposto. Dizer que essa última não é aumento soa como absurdo, pois o objetivo da revisão não é majorar o de uns para diminuir o de outros, num jogo de soma zero; visa-se, simplesmente, arrecadar mais. A intenção é confessa pelo proponente. A justiça social é mera moldura. O IPTU já cresce anualmente em porcentagem que tende a acompanhar a inflação, portanto já embute a atualização decorrente do processo inflacionário. Aumentar também a base de cálculo não deixa de ser um duplo aumento. Governantes proporem aumento de impostos não é novidade. Quem não gostaria de mais dinheiro para gastar, principalmente financiado pelos outros — e de forma compulsória? Menos do que discutir os meandros do IPTU, o que mais surpreende é a proposta ter partido de quem, desde a campanha para o cargo, fez uso de um discurso liberal radical, pró-mercado e autointitulado moderno. Dizer uma coisa e depois fazer outra, há pouco, se chamou de ‘estelionato eleitoral’ e até embasou argumentos para afastar eleitos do cargo. Já no Império, se dizia que nada mais conservador

do que um liberal no poder. Nada mudou. Na degradação ética em que vivemos, sempre há novidades e, agora, entre nossas façanhas para modelo surge outra: o liberal a favor de mais imposto. Deve ser o liberalismo pampiano, cuja incoerência e inconsistência se revelam no dia a dia, tanto na Prefeitura como em outras esferas administrativas”. Senhor Presidente, estas são reflexões que a nossa Casa deve fazer, analisar: não podemos, em tese, mas, sim com convicção de que isso pode ser regulado numa forma de equilíbrio para a sociedade. Mas da forma como está colocado, a população é que vai pagar, mais uma vez, mais impostos dentro de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Cassiá. Nesta semana, a revista *Voto* iria promover um evento com a presença do Sr. Prefeito Municipal e do Presidente da Câmara de Vereadores, para discutirem os problemas da Cidade, a construção de eventuais consensos e a superação desses problemas. Infelizmente, disse isso ao Ver. Moisés, o Prefeito disse que, de jeito nenhum, iria participar de um debate com o Presidente da Câmara. Eu fiquei bastante constrangido e a revista *Voto* mantém o evento, para o qual convido os Vereadores para lá estarem, no dia 17. Tentamos agendar com o Dr. Thompson Flores, que também já estava com um compromisso. Mas era um momento ali de tentarmos estabelecer pontes entre o Legislativo e o Executivo, e a expressão *ipsis verbis* do que teria dito o Prefeito é que não iria participar comigo “de jeito nenhum”. Eu lamento. Queria somente registrar isso, e deixei isso gravado no telefone do meu querido Ver. Moisés.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. que a nossa solidariedade não é pessoal. V. Exa. representa uma instituição, este Legislativo, e é inaceitável que o Prefeito desta Capital não aceite dialogar com quem representa a Câmara Municipal de Porto Alegre. Então, nós queremos fazer o nosso registro de repúdio, nesta tarde, em nome da investidura do cargo que V. Exa. ocupa e que o Prefeito não pode se remeter a esta Câmara dessa maneira.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Vereadora. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas, cumprimento todos os presentes. Vou pegar um gancho no discurso, Ver. Cassiá, sobre essa matéria do jornal que o senhor leu. Eu tinha lido e fiquei chocada com gravidade da situação. Nós - quando digo nós, me refiro a vários Vereadores - estamos falando do simulador desde a tramitação, no ano passado, que assinar e aprovar um projeto que pode significar um tarifaço para os trabalhadores e a classe média não teria o nosso apoio; que, para poder, a população, de conjunto, os meios de comunicação e os próprios Vereadores fazer simulações, seria fundamental um simulador. A Prefeitura nunca havia respondido - o Governo Marchezan - do porquê

não ceder esse simulador porque a Prefeitura tem um sistema para gerar os boletos do IPTU. É óbvio, é evidente, o valor venal dos imóveis é um insumo que impacta e muito no valor do IPTU, mas não é o único: tem o tipo de construção, se é uma casa ou apartamento, que são indicadores que aumentam ou diminuem o valor do imposto cobrado à população. Pela primeira vez, a partir da cobrança pública pelos meios de comunicação e por vários Vereadores, o Governo diz que não fará o simulador porque não quer que a população se mobilize contra o projeto; na prática, diz isso. Não vamos fornecer o simulador para que as pessoas que vão ter até 200% de aumento do seu imposto não se mobilizem sobre a Câmara de Vereadores, sobre a Cidade, para que o projeto não seja aprovado. Isso é um escândalo. É o Governo da fachada de democracia. O Ver. Cassiá leu um artigo do Pedro Fonseca, o qual já li, sobre a falácia liberal e esse discurso conservador que elegeu Marchezan; por outro lado, esse tema da transparência também foi um tema que o candidato usou muito na campanha eleitoral. O que temos visto nesses 1,5 ano de Governo é a completa ausência de transparência. O Governo vetou o meu projeto que determinava ter transparência nas peças publicitárias – a maior parte dos Vereadores derrubou o veto; o Governo vetou o projeto do Ver. Roberto Robaina que dizia que obras inacabadas não poderiam ser inauguradas antes da hora. A Câmara, de conjunto, derrubou o veto.

Nós estamos insistindo com o simulador e, agora, o Governo explica, entre aspas, por que não dará esse simulador. Como esperar que o projeto seja bom para a Cidade, se o Governo não pode fazer transparência na simulação do cálculo, porque sabe que a maior parte da Cidade ficará contra o projeto? Como pode dizer que é um projeto de justiça tributária e não falar nada sobre os vazios urbanos, manter os vazios urbanos que, na verdade, sim, dizem respeito à Constituição Federal e são uns elementos da especulação imobiliária? Como pode dizer que é um projeto de justiça tributária e ter determinadas avenidas, no bairro Restinga, que têm um aumento de 300% do valor venal nas quadras? No bairro Bom Jesus, da mesma maneira, na Rua dos Andradas, onde é evidente que mora uma classe trabalhadora e assalariada, tem um aumento absurdo e, ao mesmo tempo, a área residencial valer no valor venal mais do que a área comercial da Esquina Democrática, mas que lógica é essa desse projeto? Como pode dizer que é um projeto de justiça tributária e ter um aumento para quase 60% da população? Não pode ser justiça tributária, se não tem uma dupla taxação para quem tem mais de quatro imóveis, se a alíquota é a mesma para mansões de R\$ 5 milhões, na fixa de 0,8%, se não tem democracia e não tem transparência para que a população possa fazer os cálculos. Nós não daremos cheque em branco para o Governo Marchezan.

E nós alertávamos desde o ano passado, Presidente Valter, da necessidade de um amplo debate, de comissões, de audiências públicas, envolver a Universidade e o IAB, mas o elemento central é envolver a população no debate. Se não tem simulador, a população não será envolvida nesse debate. Portanto, já nos deixa claro que a intenção do Governo não é discutir, ao contrário, quer deixar esse projeto na prática secreta, porque são 400 páginas do anexo e ninguém que não esteja nos órgãos da Prefeitura tem condições de fazer a simulação, seja o Vereador, o jornalista e o cidadão. E, por outro

lado, quer fazer com que tramite no Regime de Urgência na Câmara de Vereadores, junto com o pacote que ataca o direito dos servidores, que também não terá o nosso apoio. Assim como se recusar a fazer um debate da revista Voto, como foi trazido aqui à Câmara de Vereadores, e, agora, pelo Presidente. Acho que são demonstrações de autoritarismo com que esta Prefeitura, com este Governo Marchezan, tem se demonstrado ao longo desse um ano e seis meses, mais do que isso, Ver. Dr. Goulart, é mais do que autoritarismo, é também muita demagogia. Os CCs, que o Governo disse que cortou, hoje tem mais CCs no gabinete do Prefeito do que na gestão anterior. Cortaram para fazer... Eu tenho os cálculos, a gente confere, mês a mês – eu vou trazer no Grande Expediente –, confere, dia a dia, o Diário Oficial e também o Portal Transparência, e o que houve foi o corte de CCs no primeiro mês do Governo, e foi crescendo, chegando num patamar de quase 800 cargos em comissão.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): E o CC do metrô, de uma obra que, lamentavelmente, não existe mais, só existiu para fazerem, na época, falsas promessas na campanha eleitoral de 2008, que eu me lembro muito bem. Quero agradecê-lo pelo tempo e, ao mesmo tempo, dizer que esses dados nós vamos trazer no decorrer do debate, porque é preciso enfrentar esses ataques neoliberais, recessivos e autoritários do Governo Marchezan, lamentavelmente, contra os interesses da população de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereadora. Antes que o Vereador suba à tribuna, eu quero registrar que o Ver. Cassio Trogildo foi um dos principais líderes do retorno da zona rural de Porto Alegre, da constituição da nossa Capital como uma zona livre de agrotóxico, que é um projeto dele, uma lei.

E quero saudar a presença do Presidente do Sindicato Rural de Porto Alegre, o Sr. Cléber_Vieira, seja muito bem-vindo.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente Valter, senhoras e senhores, público que nos acompanha nas galerias e também pela TVCâmara; depois eu vou tratar um pouquinho da zona rural, Presidente Valter, mas antes vou tratar de uma questão que hoje foi objeto de debate na TVCâmara, no Porto Alegre Debates. Tive a honra de, juntamente com o Ver. André Carús, o Ver. Marcelo Sgarbossa, o Ver. Mauro Pinheiro, tratar da Comissão Especial que foi aprovada e que agora está sendo constituída, que vai tratar do projeto da revisão da planta do IPTU. Inclusive, nosso Diretor Luiz Afonso já está colhendo as indicações das bancadas. A nossa bancada já fez a indicação. Por escolha da minha bancada, eu serei o

representante do PTB nesta comissão que, com certeza, se debruçará sobre esse tema importante e buscará alguns consensos. Ninguém gosta de pagar mais impostos. Consultar a população se a carga tributária está adequada, o resultado é lógico que já sabemos. Eu não gostaria de pagar nenhum tributo a mais, só que sabemos que os tributos mais injustos que existem são aqueles sobre o consumo, porque estes, desde o mais pobre até o mais rico, pagam a mesma carga, sobre o mesmo produto, sem diferenciação nenhuma. Mas nós temos que enfrentar a questão do IPTU.

Esse projeto veio para cá no ano passado, nós o debatemos muito, acho que não conseguimos construir consensos suficientes para que se tivesse um resultado positivo: aprovar uma reavaliação da planta. Se não há consenso, acho que se começa a criar uma grande conjunção de opiniões, entendendo que se precisa fazer essa reavaliação da planta do IPTU, por motivos muito claros. O IPTU é o principal imposto dos municípios, em todo o território nacional. Nos mais de 5.500 municípios é o principal imposto, juntamente com o ISS, ITBI, e não passa muito disso; o resto são taxas de serviços específicos. O nosso IPTU representa 8% da receita total no Município de Porto Alegre, quando na média das capitais esse valor chega entre 18% a 20%. Isso não é culpa de uma Administração, talvez até não seja culpa, mas isso é um acúmulo de 27 anos sem uma revisão, e a comissão vai poder se deparar, sim, com a possibilidade de rever as divisões fiscais que, por a planta ser genérica, do jeito que estão, primeira, segunda e terceira divisão fiscal, no meu humilde entendimento, geram injustiças que têm de ser minimizadas. E sobre isso a comissão vai poder se debruçar. Não é verdade que o imposto vai dobrar de um ano para o outro, porque o próprio Governo mandou um freio de incremento de 30%, e eu já apresentei a mesma emenda que apresentei no outro projeto para que esse freio passe para 20%. Outra questão que está sendo muito bem tratada, já foi no projeto passado, está melhor tratada nesta versão, é a progressividade das alíquotas; foram criadas novas faixas, a proposta do Governo vai até 0.85, que é a alíquota vigente hoje, mas nós já estamos trabalhando, eu particularmente estou trabalhando numa possibilidade de que se possa, para os imóveis de maior valor, inclusive se chegar a uma alíquota maior. Para finalizar esse tema, Presidente Valter, vou pedir só o minuto adicional - eu já fiz a proposição também de uma audiência pública, talvez não seja o suficiente, mas pelo menos uma audiência pública, como tivemos no outro projeto.

Queria tratar aqui rapidamente sobre um outro tema que é a questão da nossa zona rural, que foi objeto de um projeto do Governo; o Dr. Goulart trabalhou, V. Exa. trabalhou, muitos trabalharam, e chegou aqui nesta Casa e virou lei o restabelecimento da zona rural de Porto Alegre. Bem, eu apresentei, na semana passada, e já conto aqui com a adesão, a subscrição de 28 colegas, eu e mais 27 colegas, um Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município que estabelece, Ver. Aldacir Oliboni, que é um dos que foi signatário junto comigo, para a alteração dos limites ou a alteração do regime urbanístico que compreenda a zona rural, nós vamos introduzir na lei orgânica, Ver. Robaina, que também subscreveu conosco, que serão necessários dois terços dos votos desta Casa para qualquer alteração. Eu acho que nós precisamos sim fechar a porteira lá da zona rural, deste território de 8.23% da Cidade que tem que ficar

vocacionado, sim, para a produção primária. Muito obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Dr. Cassio Trogildo, no que depender de mim, Ver. Cassio, até tinha uma notícia no jornal hoje que o esforço do Ver. Mauro Pinheiro... Eu só quero colocar as coisas nos seus devidos lugares, havia um pedido do Ver. Mauro Pinheiro, desde o ano passado, para a criação de uma Comissão Especial do IPTU, esse pedido estava num limbo, houve um pedido da bancada do MDB para que fosse criada uma Comissão Especial, a partir daí, surgem essas duas questões. Numa reunião de Mesa e Líderes, nós definimos que a bancada do MDB desistiria do pedido da criação da Comissão Especial, desde que o Ver. Mauro Pinheiro concordasse em levar adiante o projeto da criação da Comissão do IPTU. Nós concordamos, inclusive, na realização de uma reunião das comissões conjuntas e retirar o projeto de onde ele estava – o projeto estava parado na CUTHAB. E isso tudo não foi obra e graça de um Vereador, isso foi o acordo de todos os Vereadores nas reuniões de Lideranças nas quartas-feiras. Então é isso que temos acordado hoje: vamos criar a Comissão Especial, vamos fazer uma reunião das comissões conjuntas. E, se possível, Ver. Cassio Trogildo, eu acho que contemplar o pedido da bancada do MDB, que sou um dos subscritores desse pedido, à medida que tive experiência lá na Secretaria de Urbanismos, que fossem envolvidas as oito regiões do planejamento, e acho que não era para ter uma audiência pública não, era para ter oito. Eu acho que se, de fato, fizermos um plebiscito para perguntar se as pessoas querem aumento de imposto, certamente, elas vão dizer que não, por óbvio. Mas aqui é a Casa de representação, não é Casa plebiscitária. Acho que o mínimo que nós queremos saber, nós podemos votar a favor ou contra, são 36 Vereadores. Podemos votar a favor ou contra da liberdade de cada um, mas o mínimo de que precisamos para votar com convicção é a transparência tão necessária no processo político. Eu acho que fazer as audiências públicas e as simulações nos garante essa transparência, que é o queremos. Eu ou qualquer outro dos senhores pode, amanhã, votar a favor do projeto do Governo, desde que – eu acho – nos deem as informações de que precisamos.

SRA. SOFIA CAVEDON (PT): Vou fazer apenas uma observação, Ver. Valter, é importante apresentar, porque a tese do Prefeito é de que vários, muitos apartamentos reduzem o valor. Então, não é uma verdade simples que haverá rejeição. Se o conjunto da população souber e quem será beneficiado souber que isso aconteça, nós teremos apoio e o Governo também. Então, ele tem que se dispor a ter um diálogo com a sociedade.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigada, Vereadora. Tem lideranças empresariais aqui pelas quais tenho o maior respeito, inclusive, correligionários meus como o Dr. Luis Roberto Andrade Ponte, que foi Chefe

da Casa Civil da Presidência da República, ele tem a convicção de que tem a redução. Se o Dr. Ponte tem essa convicção, eu gostaria, Ver. Moisés, de informar mesmo a convicção. E essa convicção eu vou poder ter à medida que conseguirmos então abrir essas informações e fazer a discussão que esta Casa merece. E acho que cabe ao Presidente garantir que a Casa possa fazer esta discussão em favor do cidadão de Porto Alegre.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Concordo com V. Exa., acho que a Comissão Especial é o fórum adequado para a gente tratar desse assunto com o devido aprofundamento. Eu faço questão de vir aqui apenas fazer uma pontuação simples sobre algumas falas, como a do Ver. Cassiá e a da Ver.^a Fernanda, sobre o liberal dos pampas e o discurso liberal do Marchezan. Lembro do seguinte pensamento que faço questão de relembrar aos colegas: “As suas atitudes falam tão alto que não consigo ouvir a sua voz.” Falo isso porque é a prática política e não o discurso político que moldam a personalidade e qual a linha de atuação política de uma pessoa. Como liberal que aumenta imposto, para mim, ele é tão verdadeiro como um unicórnio. Não existe liberal que aumenta imposto. Importante destacar - toda vez que vem aqui o pessoal falar - sobre o discurso liberal do Marchezan, que agora é incoerente. Olha, faço questão de dizer que de liberal o Marchezan tem muito pouco, não é à toa que ele está no PSDB, Partido da Social Democracia. O PSDB é um partido social democrata, de centro/esquerda, é um partido que tem, na sua essência, o socialismo fabiano. Em qualquer país civilizado do mundo, a social democracia está à esquerda, ela anda junto com o trabalhismo. Só no Brasil, que a gente considera um Prefeito como o Marchezan alinhado com as ideias liberais. Não é porque ele defende pontualmente uma privatização ou alguma redução de gasto público que ele vira liberal. Não, não existe meio liberal. Lembrando que, nesta questão do IPTU, são mais de R\$ 200 milhões que vão ser transferidos do bolso do cidadão, ou seja, das decisões de consumo do cidadão de Porto Alegre para o caixa do Governo. Então são R\$ 200 milhões a menos que o cidadão de Porto Alegre vai poder optar por gastar com a sua família para gastar com boletos do Governo. Mas aproveito este ensejo para falar sobre o que eu acho que realmente interessa, que é sobre a pauta que interessa a um liberal. E a pauta que interessa a um liberal é falar sobre redução de gastos do Estado e corrigir, pelo lado que deve ser corrigida, a máquina pública, o lado da despesa. Enquanto nós falamos sobre um projeto que pode aumentar em R\$ 70 milhões a arrecadação em 2019, nós teremos um déficit da Previdência do Município de Porto Alegre projetado, para o mesmo ano, em R\$ 780 milhões. São R\$ 780 milhões, Ver. Ricardo Gomes, mais de dez vezes mais do que o aumento do IPTU proporciona. Enquanto isso, temos uma Carris dando déficit dos mesmos R\$ 70 milhões; enquanto isso, nós temos uma Procempa que, junto com os seus repasses que o Município dá, mais seus serviços superfaturados, porque cobra-se muito mais pelos serviços da Procempa do que um parceiro privado cobraria, e mais o prejuízo que a Procempa causa, são outros R\$ 70

milhões. Mais R\$ 70 milhões. Ou seja, estamos debatendo a coisa errada, senhoras e senhores. Estamos debatendo um possível aumento de R\$ 70 milhões – que não deve ocorrer, e que um liberal de verdade jamais proporia – e temos que falar sobre aquilo que interessa, sobre os R\$ 770 milhões de déficit da previdência, sobre vantagens, privilégios sem igual que temos aqui em Porto Alegre, como a licença-prêmio ou os avanços automáticos de salário.

Ora, senhoras e senhores, independente da crise, pensarem que a cada três anos de trabalho do funcionalismo municipal, independente dos ajustes salariais, dos ajustes de inflação, você receber um aumento de automático de 5% no salário a cada três anos? Onde que há paralelo a isso na iniciativa privada? Isso é surreal. Quem é que está pagando essa conta? Nós, como possivelmente também um aumento de IPTU. A licença-prêmio são três meses de férias remuneradas, além das férias já concedidas, a cada cinco anos.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Inveja não, Ver.^a Sofia. Porque inveja é aquilo que a gente gostaria de usufruir e não usufrui. Na verdade, eu estou pagando essa conta e estou falando para aqueles que pagam a conta e que acham que não têm mais que pagar. Quer chamar isso de inveja? Eu chamo isso de razão. Eu acho que é demais com o meu dinheiro, com o dinheiro de todos aqueles que votaram em mim e que não desejam continuar sustentando esse tipo de privilégio, porque eu chamo de privilégio.

Esse debate que está sendo feito, e que eu espero que a gente consiga aprofundar mais, porque o IPTU é polêmico, a Cidade inteira se engaja, mas ele representa, no teto, no final dos seus 4 anos, R\$ 220 milhões, R\$ 250 milhões. E só em rombo previdenciário são R\$ 770 milhões. Só para dar a dimensão, as proporções de qual é o problema de Porto Alegre, o problema está no lado da despesa e não no lado da receita, e é para lá que a Câmara deveria olhar; afinal de contas, votou muitos dos aumentos que ocasionaram essa situação fiscal que vemos hoje. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, nobres colegas, público que nos assiste das galerias, nós estamos cansados de, ao ter um paciente doente, ver outros médicos usando novas tecnologias, novos medicamentos, e o médico que está tratando o nosso ente querido usando sempre um método atrasado, velho, retrógrado, que não funciona mais, que não é eficiente. Falo isso sobre os projetos que chegaram aqui nesta Casa. Nossa Cidade é doente, e os médicos que tratam nossa Cidade usam o mesmo remédio, que não funciona mais. Não pode! Estive agora em

algumas cidades no Interior do nosso Estado onde os Prefeitos estão pagando a primeira parcela do 13º salário. Como pode isso? Cidades que não têm o poder econômico que Porto Alegre têm, cidades que têm funcionários trabalhando na área da saúde, cidades que têm funcionários trabalhando na área da assistência social, cidades que têm funcionários trabalhando na área da segurança pública, cidades que têm funcionários trabalhando na área da educação, cidades que arrecadam bem menos que Porto Alegre, pagando a 1ª parcela do 13º. Cidades que pagam os salários em dia, e suas ruas não estão esburacadas, têm as suas praças podadas, e têm honrado seus compromissos com os fornecedores. Isso se diz: está dando o medicamento certo, está aplicando o remédio correto. Nós elegemos, em 2016, um representante para cuidar da nossa Cidade, que tinha o medicamento correto, mas não o implementou, voltou a usar os mesmos métodos de medicamentos que a população não queria mais, que chega, o método antigo de aumentar impostos. Aqui se ouve várias palavras – revisar. Os colegas estavam falando, eu fui para – na época em que eu estudei, chamavam de amansa burro – o amansa burro revisar, fazer a inspeção, rever, emendar, conferir. Quando o Governo fala em revisar a planta do IPTU, ele quer fazer isso, ele quer fazer uma inspeção. Então, ele que vá inspecionar as casas onde acha que estão errados os valores do IPTU; ele que vá rever as moradias e residências que acha que está errado o valor do IPTU; ele que vá emendar e conferir esse valor de IPTU. Transparência. É poder vir a público com nitidez e clareza; é a verdade sem ser adulterada; é a liquidez; é a qualidade de quem não tem nada a esconder. Esse projeto não tem transparência, porque é semelhante, idêntico, siamês ao projeto do ano passado. Em um ano, o Governo não fez sequer uma amostragem; sequer um simulador para a população ver se o seu IPTU ia ou não aumentar. E o Governo não quer que seja uma coisa individualista, mas podia fazer por bairros. Aumentar. É tornar maior, ficar mais caro, crescer, agregar, adir, agravar. Eu, na hora que esse projeto chegar a este plenário, chegar na CCJ, eu vou mostrar que os funcionários da Prefeitura, que me trouxeram várias amostragem que o Governo não quis apresentar de que este projeto aumenta, e aumenta muito, o valor do IPTU das pessoas mais humildes desta Cidade e beneficia cada vez mais as pessoas que mais teriam que pagar o IPTU. Este Prefeito não gosta de pobre, e segue não gostando quando quer mexer no salário das pessoas que atuam na saúde, na segurança pública e na educação em Porto Alegre, porque esse Prefeito vem com uma receita velha, uma receita antiga e, como disse o nosso Presidente hoje, se nega a dialogar com as 36 representações do povo de Porto Alegre, se nega a debater com quem representa a população de Porto Alegre. E, quando se nega a debater com o Presidente desta Casa, se nega a debater com todos nós, Vereadores – e ele já falou, e não foi nem uma, nem duas vezes, o que pensa de nós, o que pensa desta Casa. Esse Prefeito deveria ter abdicado do segundo turno e ter deixado o seu oponente governar esta Cidade, porque nunca esteve preparado para chegar aonde chegou, deveria estar no Congresso Nacional fazendo o que sabe fazer: oposição e discursos. Nunca esteve preparado para administrar uma Cidade como Porto Alegre, sequer soube administrar a sua empresa, que faliu, que quebrou. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Queria interromper a Sessão para que convidemos o pessoal da EPTC, que fará uma apresentação sobre a ação Maio Amarelo.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h02min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 16h03min: Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Diego Marques, representante da EPTC, está com a palavra para falar sobre a campanha Maio Amarelo.

SR. DIEGO MARQUES: Boa tarde, Vereadores presentes, público. Em nome do nosso Presidente Marcelo Soletti, eu gostaria de pedir o apoio a todos os Vereadores no lançamento da campanha Maio Amarelo, com cunho educativo, em nível internacional, focada na redução das mortes no trânsito. Nós, enquanto fiscalização e educação para o trânsito, com nosso trabalho efetivo, não podemos permitir que esses altos índices de acidentalidade continuem ocorrendo na nossa Cidade. Então eu peço a todos vocês esse apoio. Estaremos realizando inúmeras ações educativas na cidade de Porto Alegre.

Nós já iniciamos algumas ações com alguns veículos, como o Presidente há pouco falou, em alguns cruzamentos na Cidade. Estaremos dando continuidade a essas ações durante todo o mês, mas a redução de acidentes não pode ser focada só em um mês, tem que ser permanente. Mas, para isso, os senhores têm que se envolver junto conosco nesta nobre causa: preservar vidas no trânsito da cidade de Porto Alegre. Eu agradeço a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Diego Marques. Agradeço à EPTC e desejo sucesso. Vou continuar sempre insistindo que a gente desenvolva, Ver. Moisés, o viés educativo na fiscalização do trânsito; que a gente diminua essa questão punitiva para sempre trabalhar a questão da educação como a melhor forma de prevenção.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente, é possível elogiar, e eu gostaria de dizer que só o fato dos automóveis estarem amarelos, nas esquinas, já fez

um efeito enorme. Isso demonstra que é possível fazer um trabalho quando se tem pró-atividade, não ficar sempre chorando, como estamos vendo o Prefeito fazer. Criatividade, pró-atividade faz efeito na vida da Cidade. Parabéns à EPTC!

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Convido os Srs. Vereadores para um registro fotográfico.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Valter; nobres colegas, todos que nos acompanham no dia de hoje, TVCâmara, pessoas que estão aqui enaltecendo o trabalho desta Casa, na realidade, nossos patrões que estão aqui hoje, nas galerias. Não podia deixar de subir na tribuna, porque, Ver. Valter, fui surpreendido hoje pela sua informação sobre a questão desse evento, desse debate proposto pela revista Voto, e, como compete a mim, fui atrás da informação. Estou usando o tempo de Liderança do PSDB, justamente não usando o tempo de Liderança do Governo, para dizer que eu concordo plenamente com o posicionamento do Prefeito Nelson Marchezan, neste caso. O que foi colocado para ele – agora entrei em contato com o setor de Comunicação da Prefeitura – é que seria um debate de contraponto. E o Prefeito, ao discutir com a sua equipe de Comunicação, não achou que seria produtor de fazer um debate com o Presidente da Casa. Se fosse dito a ele que seria para convergir, para debater sobre alguns assuntos, ele certamente teria ajustado a sua agenda à data que ofereceram, porque aquela data realmente estava indisponível. Mas quero deixar claro que acredito e confio na assessoria de Comunicação do Prefeito, que me deu essa informação agora. Mas o que foi levado até a equipe de Comunicação é que seria, realmente, em termos de debate, e o Prefeito não achou, no momento em que estamos trabalhando para estreitar laços, fazer um trabalho em conjunto ao debater os temas da Cidade e convergir, prudente, ele resolveu declinar. Agora, vou aguardar o retorno do Prefeito à Cidade para conversar pessoalmente com ele; ele está coordenando um trabalho na Frente Nacional dos Prefeitos, em Niterói. Mas a assessoria de Comunicação do Paço me deu essa resposta no momento, e eu não gostaria de deixar passar aqui para não ficar em branco essa questão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Moisés. Mas quero lhe afirmar, de forma categórica, que não corresponde a informação que lhe deram. E mais, que falar com o Prefeito, eu lhe sugiro falar com a Karim Miskulin, que é editora da revista Voto, que é uma jornalista respeitada hoje no Brasil inteiro, e que tem trazido aqui as personalidades políticas mais proeminentes da

República. Eu fiquei muito feliz de ter sido convidado e fiquei feliz com o propósito do encontro, que não era contrapor o Presidente da Câmara e o Prefeito, era o contrário; era colocar em sinergia o Presidente da Câmara e o Prefeito em favor dos temas da Cidade. Como eu disse, na minha posse, com o apoio que tive de Vossa Excelência aqui, que um dos propósitos da minha gestão era estabelecer sinergia com o Executivo. Nem eu me prestaria para ir lá fazer debate eleitoral com o Prefeito, tenha certeza disso. Não é essa a função que me cabe; eu sei me colocar muito bem na função institucional de Presidente da Câmara, só que tenho, obviamente, que representar os Srs. Vereadores nesta função.

Eu não iria lá para, publicamente, pressionar ou criticar o Prefeito; eu iria lá para dizer o que cabe à Câmara de Vereadores, dentro da relação republicana que deve se estabelecer. Para mim, foi isso que a revista Voto colocou; esse era o propósito do debate, foi por isso que eu disse, e lamento que o Prefeito não tenha aceitado fazer isso, que não era um confronto de ideias, mas, simplesmente o Chefe do Executivo e o Presidente do Legislativo falando em favor da nossa Cidade e daquilo que Porto Alegre precisa. Registro sua manifestação, mas só quero dizer que a pessoa que lhe passou essa informação da assessoria de comunicação da Prefeitura está equivocada, basta o senhor ligar para Karim Miskulin, que ela vai dizer que não era nada disso. Muito obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 16h15min:

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alvoní Medina, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 215/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 2615/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 041/17, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que altera os limites da Subunidade 1 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 17 da Macrozona (MZ) 7 e das Subunidades 1 e 3 da UEU 48 da MZ 8, cria a Subunidade 2 da UEU 17 da MZ 7 e define seu regime urbanístico, nos Anexos 1.1 e 1.2 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) –, e alterações posteriores.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 28-02-18 por força do art. 81 da LOM;
- adiada a votação por uma Sessão em 02-05-18.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o PLCL nº 041/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Valter, colegas Vereadoras e Vereadores, Porto Alegre é uma Cidade de contradições, Porto Alegre é uma Cidade que teima em abandonar a modernidade, como fez nos anos 1970, no dia 8 de março, quando o último bonde parou no Centro de Porto Alegre. De lá para cá, Porto Alegre vive momentos tenebrosos em que tudo vira Gre-Nal – absolutamente tudo vira Gre-Nal. Hoje à tarde, mais uma vez aqui, nós estamos num confronto de ideias, que poderíamos ter solucionado se, com antecedência, com serenidade, com compromisso, com o que diz na Constituição brasileira, que a propriedade tem que ter uma função social. A propriedade tem que ter uma função social para quem constrói, para quem produz, para aquele que vai ocupar um apartamento ou um casinha, seja qual o valor que tiver. Nós não estamos cumprindo, se aprovarmos este projeto, com o que diz a Constituição brasileira; e muito menos com a decorrência dos artigos 182 e 183 da Constituição, que estão selados definitivamente no Estatuto das Cidades; e muito menos com o nosso Plano Diretor, porque nós queremos, antes de fazer a revisão do Plano Diretor, daqui a um ano ou um ano e meio, nós estamos mudando o Plano Diretor. Não é justo! Não é legal, é imoral fazer uma mudança radical como essa que estamos fazendo! Aqueles que possuem um terreno com um determinado valor, ao modificarmos os índices, ao modificarmos o regime urbanístico, estão ganhando sem dar nada em troca. Se houvesse um projeto articulado pelo Executivo em consonância com a Cidade inteira, com quem produz na Zona Sul, com quem constrói em Porto Alegre, nós podíamos dizer, sim, nós podemos mudar o regime urbanístico e esse dinheiro será colocado na habitação popular.

Eu, que já estive no Governo de Porto Alegre, que já passei, como a maioria dos grandes partidos aqui passaram, cometemos alguns erros, mas afronta à lei, afronta à Constituição, ao Estatuto da Cidade e ao Plano Diretor, não, nunca, jamais. Podemos ser criticados por algumas habitações populares malfeitas e mal organizadas, e a grandeza está na autocrítica, está em reconhecer quando erramos. O problema desta Casa, hoje de tarde, vai ser medido aqui pelo voto de vocês, pela posição de vocês. E digo mais, não será a grande mídia que vai nos pautar dizendo que tem alguns que são pelo desenvolvimento. É mentira, porque eu tenho aqui para mim que algumas pessoas, ideologicamente, não comungam com as minhas ideias, mas, nesta Cidade, posso ser criticado por muitas coisas, porém, eu tenho uma ideia de desenvolvimentismo, sempre disse isso, sempre defendi isso. Passei pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria

e Comércio, onde enfrentei as ilegalidades, onde mostrei para os comerciantes que é possível fazer negócios, que é possível desenvolver. Se não fosse pela minha agilidade, tenacidade, capacidade, nós não teríamos o Tecnopuc, por exemplo, para dar apenas um exemplo; não estaria legalizado o Porto Seco. Pena que o Ver. Cecchim não está aqui, porque ele sempre diz: “Nós fizemos o Porto Seco, nós tiramos da situação de indigência o Porto Seco”. Eu defendo o desenvolvimento, eu defendo a construção, defendo as obras, mas esse projeto não pode passar, porque ele afronta a lei maior do País, afronta o Estatuto da Cidade, afronta tudo o que nós temos que ter o direito, o dever, a obrigação moral. E eu não me pauto apenas pela boa-fé subjetiva que trago boa-fé subjetiva que trago no meu coração, que trago de berço pela minha tradição de fazer o bem, mas eu me pauto pela lei, pela boa-fé objetiva. Este projeto carece de boa-fé objetiva, ele se opõe à legislação, ele não pode vingar. Nós iremos às últimas consequências para derrotar essa posição. Muito obrigado. Viva Porto Alegre, viva o desenvolvimento, mas sem atropelar a lei.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 041/17.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, venho, em tempo de Liderança do meu partido, PSOL - agradeço a oportunidade ao Ver. Roberto Robaina e à nossa Líder Ver.^a Fernanda Melchionna -, para poder encaminhar o projeto de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. Gostaria de agradecer também pela fala do Ver. Adeli Sell que, de certa forma, esclareceu vários pontos que estavam obscuros até então nesse projeto de lei. O Ver. Adeli falou que não é contra o desenvolvimento da Cidade, nem contra a construção de residências para as pessoas, o nosso entendimento também é esse. Não somos contra a construção de moradias. Nós temos um problema grave de moradias, principalmente moradias populares no Município de Porto Alegre, nesta Capital. Portanto, não vamos fazer um debate aqui de: eles são favoráveis à construção de casas versus aqueles que são contra. O que nós estamos debatendo, desde a semana passada, é com relação à moralidade dos processos políticos, moralidade. Todo empreendimento precisa de alguns requisitos básicos para construção, entre eles, a possibilidade, no Plano Diretor desta Cidade, de determinação da área para aquela finalidade. Quando a empresa adquiriu esse terreno, não havia essa possibilidade. Boa parcela dessa área era, no Plano Diretor - que tem 10 anos, ou seja, o Plano Diretor é anterior a qualquer tipo de negociação com relação a essa área – determinava que a maior parcela desse terreno fosse destinada à produção primária, criação de animais, pecuária. A construtora adquire o imóvel, adquire a área por um preço modesto, diga-se de passagem. Porque se houvesse índice construtivo, haveria uma valorização muito maior; muito maior!

É o que está acontecendo aqui, neste exato momento. Interesses privados, interesses de grupos empresariais utilizando esse espaço do parlamento para alterar uma

lei que tem dez anos e que será revista no ano que vem, porque temos a obrigação de readequarmos ou atualizarmos o Plano Diretor a cada década, e, portanto, esse debate vai para 2019, mas neste momento há interesses privados envolvidos. No momento em que forem alterados índices construtivos e aumentar a capacidade de adensamento habitacional no local, eu tenho certeza absoluta de que o valor daquele terreno irá decuplicar, irá supervalorizar.

Para mim, não há ilegalidade dentro da proposta trazida pelo Ver. Reginaldo Pujol, não é ilegal. Nós, Vereadores, temos prerrogativa para alterar o Plano Diretor. Sim, temos! Mas isso é completamente imoral! Imoral porque nós estamos jogando dentro de um sistema de regramento em que há um grande privilégio para uma única construtora; um grande privilégio financeiro! O que nós estamos fazendo aqui é terrível, se aprovarmos esse projeto!

Eu propus para o Ver. Moisés Barboza, que é Líder do Governo, que o Executivo encaminhe o mesmo projeto, porém com uma alteração: sem alterar o índice de aproveitamento da área, mantendo em 0,1 – obrigando a construtora a comprar índices da Prefeitura de Porto Alegre. Já que, pelo projeto que nós votaremos, esse índice que era de 0,1 aumenta para 1. Ou seja: dez vezes mais! De duas habitações por hectare, aumenta para 140.

Nós não estamos discutindo, aqui, a legalidade do projeto em questão, mas a moralidade dos atos políticos desta Casa Legislativa! Não podemos ser vassalos do poder econômico. Não podemos legislar, votar, usar o poder que o povo desta Cidade nos imbuíu para privilegiarmos uma construtora. Isso é imoral, senhoras e senhores, e não podemos aceitar. Se a Prefeitura, se o Executivo propõe o mesmo projeto com a mesma argumentação de que é para construir casas populares, eu penso com carinho em votar favoravelmente, agora, aumentar em dez vezes o índice de aproveitamento da área sem um centavo de retorno direto aos cofres desta Cidade, uma Cidade que o Governo diz que há uma grave crise econômica? Não, não sou irresponsável a este ponto, e peço aos demais colegas desta Casa Legislativa também não votem com tamanha irresponsabilidade. “A nossa Cidade está passando por dificuldades”, é isso que ouço desde janeiro do ano passado, e o que estamos prestes a fazer é votarmos um projeto que vai aumentar em milhões os recursos de uma única construtora. O que está acontecendo aqui é o que sangra o nosso País e fere a reputação da classe política desta Cidade, deste Estado e desta Nação há décadas, e não podemos concordar com isso. Uma boa tarde. Agradeço a atenção de todos e peço que analisem com seriedade e responsabilidade o que estamos prestes a votar. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 041/17.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente.

Faço questão de encaminhar uma matéria que está recheada de acusações, e acho que é preciso esclarecer alguns pontos. Primeiro, falar sobre a legalidade do processo. Acho que todos nós, os 36 Vereadores, acho que o Ver. Prof. Alex bem mencionou isso, temos a prerrogativa de decidir isso, fazer essas alterações, uma vez que a Cidade está representada neste Parlamento, e a nós nos compete também fazer alterações no Plano Diretor. Sobre moralidade, vou entrar logo mais. A gente sabe que aquela região e a área rural de Porto Alegre, especialmente no que diz respeito àquela região, é só no papel. E confrontar a realidade e o atraso de Legislativo e adequar isso, é parte dos 36 Parlamentares desta Câmara. Afinal de contas, ficar revisando o Plano Diretor de 10 em 10 anos, já coloca a câmara sempre de retardatária do debate e desenvolvimento da própria Cidade. A gente não tem como antecipar os movimentos e a gente impede o desenvolvimento por não conseguir antever o que virá. Então, faz sentido a gente fazer esse debate nesses momentos e fazer os eventuais ajustes. Vale destacar o risco de invasão que temos ali naquela região. Eu trouxe aqui, pontuei até a questão de densificação. O termo densificação, para mim, é uma medida popular, é uma medida social inclusive, quanto mais tu densifica uma área, mais você viabiliza empreendimentos naquela região, mais infraestrutura fica instalada naquela região, favorece toda a região, viabiliza comércio, serviços, aumenta a empregabilidade e a renda na região. Portanto, eu vejo a densificação, especialmente, em zonas urbanas, como medida de inclusão social, e não da forma como o PSOL tem tratado. Aliás, o risco de invasão é justamente o risco da fragilização que a função social da propriedade, trazida pelo Ver. Adeli, tanto trouxe aqui à tribuna; aliás, faço questão de pontuar sobre a função social da propriedade. A função social da propriedade é permitir o uso e a posse da propriedade pelo seu proprietário, e que ele tenha a liberdade de fazer o que bem entender na sua propriedade. A função social da propriedade, no entendimento do PSOL e do PT é relativização da propriedade que leva, justamente àquilo que esses partidos buscam, que é, bem ao contrario do que estado democrático de direito busca. Então, a moralidade, imbuída na discussão dos Vereadores, de que Vereadores têm que atender o interesse público, uma vez aqui nesta Câmara, eu pergunto: qual é esse interesse público que nós temos que atender? É do público ideológico do PSOL e do PT, que querem ver esse tipo de narrativa anticapitalista de função social da propriedade e antidesenvolvimento, ou é o potencial comprador dos imóveis e potencial impactado por aquele empreendimento na região que vai ter uma oferta maior de empregos, de serviços; vai ter seus imóveis também valorizados, que não é só o imóvel do empreendimento que é valorizado, é toda a infraestrutura da região que está valorizada. Aliás, coloca na Prefeitura uma demanda por maior investimento por infraestrutura na região, faz as contrapartidas que permitem o andar do bairro. É justamente algo que ajuda a Cidade a se mover, apesar da falta de recurso da própria Prefeitura. Então, eu vejo como uma falácia essa questão de interesse privado de grandes empresas *versus* o interesse público. O que eu estou vendo aqui, neste debate, é um interesse privado de diversos potenciais moradores, clientes afetados e também da empresa *versus* o

interesse privado de um partido político e suas ideologias. Esse é o debate que estou vendo aqui. (Palmas.)

Por falar em moralidade, já que o PT e o PSOL fizeram tanto o uso desta palavra, chamando de imoral, eu gostaria de perguntar a eles onde está escrito no Plano Diretor e onde estava a moralidade no apoio a invasões de propriedades, como no antigo Hotel Açores, em que seus partidos deram todo o amparo. Onde estava a moralidade? E onde estava isso no Plano Diretor? (Palmas.)

Portanto, o local para debater e fazer alterações no Plano Diretor e no desenvolvimento urbano é esta Casa, que está imbuída da moral e da legalidade para fazê-lo. Imoral e ilegal seria fazer o que o PT, PSOL, MST, MTST e todos os demais movimentos ligados aos partidos de esquerda fazem e fizeram recentemente em São Paulo, onde resultou nessa tragédia que todo o Brasil, infelizmente, conheceu. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 041/17.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Vou dizer, em primeiro lugar, que o meu partido está liberado e que há posições divergentes. Acho que o Ver. Mendes Ribeiro vota favoravelmente ao projeto, a Ver.^a Comandante Nádia me parece que sim, também, o Ver. André Carús eu não sei, mas eu tenho uma posição muito clara. Preliminarmente eu vou dizer o seguinte: ninguém ajudou tanto as construtoras de Porto Alegre, por ideologia e por convicção, do que eu, quando fui secretário. Recebia a todas e dizia e continuo dizendo que a principal matriz econômica da Cidade é a construção civil. Quando nós temos uma construção civil engripada, burocrática, rançosa, preconceituosa dentro do serviço público, nós não geramos empregos, não geramos impostos e estamos atrasando a Cidade, continuo dizendo isso.

Quero dizer mais, quando eu tramitei a questão da zona rural, fiz uma reunião no Gabinete do Vice-Prefeito Sebastião Melo, com a presença do Ver. Cassio Trogildo e do Ver. Kevin Krieger, e defendi que houvesse uma faixa de transição entre a Restinga e a zona rural de Porto Alegre, que fosse uma zona rururbana. Desminta-me, Ver. Cassio Trogildo, tanto o senhor quanto o Ver. Kevin Krieger quiseram porque quiseram votar o Plano Diretor da reconstituição da zona rural da forma que veio, e eu, ao final, anuí, e nós recriamos a zona rural a partir ali do início da Restinga, a partir do início da Restinga; eu fui vencido nessa posição, eu queria ter criado a faixa de transição. Bom, eu só estou vindo aqui porque vencido fui naquele momento e também não quero ver agora começar a ter criado a zona rural e logo em seguida começar, casuisticamente, aí acabando com a zona rural de novo; ou se criou ou não se criou. Não adiante dizer que não é, Ver. Mendes, que é meu querido colega, porque a lei diz que é,

foi esta Casa que votou. Eu dizia que tinha que haver uma transição, a Casa não quis assim. Bom, eu recebo um ofício do Presidente do Sindicato Rural e eu quero ler o ofício que me mandou o Presidente, porque eu tenho relação com ele, tenho relação com os produtores rurais da Cidade, assim como tenho relação com toda a cadeia produtiva da construção civil. Eu valorizo a todos os que produzem na Cidade. Diz, dirigido a mim, o ofício do Presidente do Sindicato Rural, com quem fizemos a campanha da vacinação do rebanho, o programa da piscicultura do bolinho de peixe nas merendas das crianças de Porto Alegre e uma série de outros projetos; com todo o respeito ao autor, Ver. Reginaldo Pujol, mas projeto igual veio aqui para esta Casa, no ano passado, da Bolognesi e não passou aqui neste Plenário, era a mesma coisa no Belém Velho, não passou (Lê.): “Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos, enquanto entidade sindical representativa dos produtores rurais da cidade de Porto Alegre e, ainda, pedindo vênica para falar em nome de toda a comunidade, apresentar nossa posição e nota de agravo ao Projeto de Lei nº 2615/17. Como é de seu conhecimento, o referido Projeto, de autoria do Vereador Reginaldo Pujol, presta-se a alterar o Regime Urbano de determinada área sita à Avenida Edgar Pires de Castro, local coloquialmente conhecido como 'Terreno do Ronaldinho Gaúcho', a fim de viabilizar a incorporação de empreendimento imobiliário. Ocorre, Vossa Excelência, que tal área se encontra no que hoje é a zona rural da cidade de Porto Alegre, recriada em 2015 através do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/14. Excelência, a luta para a reconquista da zona rural de Porto Alegre foi dura e longa, sendo sua aprovação pelo legislativo municipal um compromisso com a preservação do meio ambiente, da qualidade de vida e da economia rurícola existente em nosso município. Com efeito, o ganho não foi apenas de alguns poucos agricultores ou moradores, mas de toda a população porto-alegrense, que viu assegurado por seus representantes eleitos o direito a um mundo mais verde e protegido, situado a poucos minutos do centro urbano da capital mais austral brasileira, em clara sintonia com o Art. 225 de nossa Carta Magna de 1988. O reconhecimento da Zona Rural de Porto Alegre foi, enfim, um marco na história legislativa e de defesa do meio ambiente deste município. Todavia, nem 3 (três) anos após a (re)conquista pela população de uma área verde à disposição do coletivo, se votará nesta Câmara um projeto que abrirá um buraco neste espaço verde para o concreto e o crescimento insustentável. Ademais, imperioso destacar que se pretende tal manobra legislativa apenas para atender ao fim econômico, que pretende edificar um complexo com mais de 3.000 (três mil) unidades em uma zona que sequer possui de comportar tantos moradores. Na prática, de maneira odiosa, subjaz neste projeto o uso desta Casa Legislativa para o serviço de uma empresa e desserviço de toda uma população. A mesma população que se manifestou a favor e comemorou a criação da zona rural. Sem nenhum intuito de estender esta manifestação, clamamos à Vossa Excelência que receba nossa posição e junte-se a nossa causa, rejeitando o projeto, atendendo à obrigação consubstanciada no inciso VIII do Art. 24 da Constituição Federal. Ainda, apontamos que carta similar a esta será enviada ao Ministério Público do Meio Ambiente, a fim que este seja instado a exercer sua função de protetor.”

Eu só estou lendo esta correspondência, senhores, porque foi dirigida a mim como Presidente da Casa, porque ela é integrante ao processo e porque não seria justo da minha parte sonegar ao Sindicato Rural e aos produtores rurais desta Cidade essa informação. Eu acho que se a construtora quiser fazer é lícito, é do jogo, está aqui na regra e pode mudar. Agora, o que me preocupa é nós termos criado no dia de ontem a zona rural e já dizermos o seguinte: “Bom, mas ali não é bem zona rural, ali realmente a gente pode ir abrindo brechas”. Se assim for, eu proponho desde já aos senhores, e vou ser o primeiro a subscrever, o seguinte: vamos acabar... E me oponho ao seu projeto de a partir de agora não mudar mais a lei, porque tem que ter quórum qualificado; me desculpe, com todo o respeito que lhe tenho, mas isso seria casuísmo. O que eu proponho a partir de agora é acabar, então, com a zona rural; é retornar o conceito de zona rururbana, porque aí, sim, nós poderemos, caso a caso, quando compreendermos que é necessário, no terreno da família Lago, no terreno da Direcional, no terreno da Bolognesi, no terreno de todas as construtoras, ir fazendo isso, desde que, como disseram outros Vereadores aqui, a gente sente na Cauge e estabeleça quais são as contrapartidas para a Cidade que as empresas vão fazer: vamos duplicar a Av. Edgar Pires de Castro? Vamos duplicar a Av. Edgar Pires de Castro, mas vamos dar o regime urbano para todo o corredor agroindustrial na Edgar Pires de Castro, vamos botar 15 mil, 20 mil, 30 mil pessoas morando na Edgar Pires de Castro, vamos dar creche, vamos dar escola, vamos continuar investindo no Hospital Restinga, aí, sim, vamos ter emprego na Restinga e vamos ter a Cidade desenvolvida que a gente quer. Eu sou, não há ninguém mais do que eu, defensor da construção civil e do desenvolvimento econômico; pode haver alguém que seja tanto quanto, mas não da forma casuística como nós estamos fazendo. Isso é o velho capitalismo à brasileira. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 041/17.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha. Falando depois do Presidente, que, inclusive, me citou, eu vou ter que focar em algumas falas do Presidente. Tudo é uma questão, como diz um grande amigo meu, de ponto de vista. Esse processo da zona rural ficou quase dois anos sendo elaborado no Executivo. Quando chegou a esta Casa, eu propus uma Comissão Especial; e esse fato que o Presidente relatou aqui, quando era Secretário, foi após, Ver. Bosco, a Comissão ter terminado o seu trabalho. O Presidente, como Secretário, queria que parássemos todo o processo, processo esse que era do Executivo, ou seja, trabalha no Executivo, manda para cá, nós trabalhamos, fazemos um relatório, e alguém diz: “Ah, não, só um pouquinho, vamos parar porque tem que ter zona de transição”. Na verdade, o que houve foi uma grande preguiça do Executivo, que simplesmente pegou e transformou a antiga zona de produção primária em zona rural de Porto Alegre, sem nenhuma outra

avaliação. É claro que tinha gente que queria que fosse uma área bem mais ampla. Aliás, tem mais áreas lá dentro da zona rural que, de acordo com a nossa lei, tinham que ser demarcadas, Ver. Mauro Zacher, e que até hoje não foram, porque são adensamentos também urbanos e que precisarão, sim, Ver. Reginaldo Pujol, de revisão. Então esse foi o motivo, Ver. Valter, pelo qual, naquele momento, eu não concordei com V. Exa., porque já estávamos no final do processo. Aí, chega o Executivo, que é o proponente do projeto, e o senhor estava na Comissão naquele momento, era Secretário de Urbanismo... “Só um pouquinho. Teve dois anos de discussão, teve a Comissão Especial, mas vamos parar um pouquinho para fazer a transição”.

Eu acho realmente que, na revisão do plano, nós precisamos trabalhar muito toda zona rarefeita, porque aqui se faz uma grande confusão. Zona rural foi a demarcação de produção da antiga zona da produção primária da cidade de Porto Alegre, não tem nada a ver com regime urbanístico. Vou dizer de novo, de uma forma que não esgotou o trabalho, poderia ter-se feito um trabalho bem maior, mas tinha que ter sido lá, durante a etapa do Executivo, não cabia aqui ao Legislativo mudar essa questão. Entrando na questão especificamente do projeto do Ver. Reginaldo Pujol, eu presidi a Comissão da zona rural, não sou favorável que se fique mudando o regime da zona hoje estabelecida como rural, mas acredito que essa área tem uma motivação muito específica, não deveria ter sido gravada como zona rural porque já não mais o era, se tivesse tido um estudo apropriado, se tivesse tido um estudo mais aprofundado, essa zona não ficaria . Não tem nada de imoral, Ver Prof. Alex. Na frente dessa área, tem dois loteamentos de condomínios que receberam regime diferenciado, por quê? Porque estão colados na Restinga. Nós estamos falando de uma quadra da entrada da Restinga: Edgar Pires de Castro esquina com Darcy Pereira Pozzi. Ali, é só pegar o que tem de um lado da rua e dizer que não vai mais ter chiqueiro de porco do outro lado da rua. Agora, eu também não sou favorável que isso seja uma abertura de porteira. Por isso vai ser uma segunda divergência com V. Exa., Presidente, o meu pronunciamento. Eu estou propondo um Projeto de Emenda à Lei Orgânica que vai fazer com que, para se mudar o regime urbanístico hoje da área de produção primária à zona rural, vai precisar dois terços de votos. Não vejo casuísmo nenhum nisso. Isso aqui é a continuidade do nosso trabalho, trabalho que o Executivo até hoje não terminou de fazer, que é a demarcação das demais áreas urbanas, está na lei, é, sim uma proteção adicional. Eu não quero, realmente, não gostaria que no mês que vem, que daqui a dois meses, daqui a seis meses a área de continuidade, mas tudo já é urbano. Nós precisamos realmente dar um freio, se é que a cidade quer continuar como uma zona de produção rural, que tem a produção primária, que seja uma área que ajude na preservação, que ajude na nossa alimentação, porque é uma área de produção de alimentos na nossa cidade, nós precisamos, sim, preservar a nossa zona rural. Então, da mesma forma que a bancada do PTB encaminha pela aprovação do projeto do Ver. Reginaldo Pujol por essas questões, por estar muito próxima da entrada da Restinga, por ser dentro da Restinga e ter do outro lado da rua, dois empreendimentos com as mesmas características. Da mesma forma, estamos propondo um projeto de emenda à Lei Orgânica, que já tem a assinatura de 28 colegas - alguns ainda não procurei para propor

-, para que possamos fechar a porteira. Que a aprovação deste projeto, que tem todos os requisitos, sirva também para aprovamos a emenda à Lei Orgânica e fecharmos a porteira. Este projeto, Ver. Reginaldo Pujol, não está abrindo a porteira; ele vai ajudar a fechar a porteira da zona rural. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Cassio. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 041/17.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Valter; Vereadoras e Vereadores; público que nos assiste. Vereador Reginaldo Pujol, autor deste projeto de lei, quando da discussão, eu já disse que sou favorável à transformação da área rural em área urbana, mas também temos que ter um cuidado – e o Ver. Cassio já propôs um projeto que vai nesse sentido -, porque quando há essa mudança, valoriza-se aquela área, que era rural e passará a ser urbana, e alguém acaba tendo lucro com isso. Não somos contrários a que alguém tenha lucros, mas também temos que trabalhar para que o nosso Município tenha mais vantagens para a população. Nesse caso, como toda aquela região já é bastante urbanizada, acho que seria um contrassenso não aprovarmos, só que o Município também, Ver. Prof. Alex Fraga, acaba tendo um investimento na região porque valorizou aquela área. Na hora em que transforma uma área rural em urbana, o lucro que ele, a sociedade, o entorno, vão ter pelas benfeitorias que foram construídas pela sociedade, pelo Estado e pelo Município, vai ser somente no IPTU, porque o IPTU pago em área urbana, 100% é do Município; em área rural, 50% é do Município, 50% é Federal, o imposto rural. Então, o Município terá uma vantagem na transformação de área rural em urbana, só que nós, infelizmente, na cidade de Porto Alegre e na grande maioria dos Municípios ainda não usamos um instrumento que poderia estar usando, previsto no Estatuto da Cidade, que é a outorga onerosa de alteração de uso do solo. Infelizmente o nosso Município não adotou esse mecanismo; a Prefeitura já poderia ter feito e não fez, Ver. Cassio. Eu estou propondo um projeto de lei – infelizmente, neste caso, acho que não dará tempo – para que o Município, a partir de agora, utilize o que está previsto no Estatuto da Cidade. Já protocolei um projeto para que, quando formos fazer esse tipo de transformação a que sou favorável, de área rural para urbana, o Município, através de um mecanismo, através da sua Secretaria da Fazenda, tenha uma avaliação do valor deste imóvel que vai ser majorado, porque vai deixar de ser rural para ser urbano. Este projeto, para qual peço ajuda de todos os Vereadores não só para aprová-lo, mas para também melhorá-lo, pois o fiz rapidamente no final de semana, pensando neste projeto que está sendo discutido, de autoria do Ver. Pujol, é para que a gente possa ter um mecanismo, junto à Prefeitura, para ver o valor real deste imóvel após ser transformado, para que, a partir disso, o proprietário do

imóvel faça uma contrapartida em dinheiro para o Município, através de uma tabela, de um mecanismo a ser criado a partir de agora. Isso o Prefeito pode e deve fazer em cima do que prevê o Estatuto da Cidade. Com isso, todo o Município vai ganhar, não somente o proprietário do terreno. Se o terreno vai ser valorizado, ele pode repartir uma parte do lucro com o Município, que terá, com isso, uma fonte de arrecadação para, inclusive, melhorar ainda mais a região, podendo utilizar. Então, nós apresentamos e protocolamos o projeto no dia de hoje, onde nós estamos recriando uma regulamentação. Claro que, depois, o Município terá que fazer, através de decreto, a melhoria desse projeto, colocando a forma de como vai fazer essa cobrança. Mas é um projeto bastante simples, e tenho certeza que poderá ser utilizado para que o Município, a sociedade, como um todo, não tenha prejuízo não só nessa questão de rural para urbana, mas também quando se dá indícios construtivos para aumentar a altura, para transformar de residencial para comercial, sempre valorizando o terreno. Então, nós fizemos um projeto, esperamos contar, depois, com a ajuda dos Vereadores, inclusive, para melhorar esse projeto, para que, futuramente, a gente não ocorra nesse mesmo erro. Mas votarei favoravelmente, porque acredito que, mesmo sem a outorga onerosa, mesmo assim, é um avanço para o Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 041/17, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sr. Presidente, eu agradeço o PT e o PSOL – Ver. Prof. Alex Fraga, Ver.^a Fernanda Melchionna. Primeiro, quero dizer que daria ficar fazendo aqui o debate ideológico proposto pelo Ver. Felipe Camozzato, mas, na verdade, é uma deterioração do debate ideológico, porque caracterizar que nós queremos usar a Constituição para proteger uma forma de grilagem de terras ou de crimes, é no diapasão de criminalizar a esquerda porque não tem outro jeito de enfrentá-la. Eu preferia, Camozzato, que tu nos enfrentasse nos argumentos e defendesse aqui as ideias liberais de verdade, porque, pelo que eu saiba, os liberais defendem a igualdade perante a lei – liberdade e igualdade. Igualdade significa tratar todas as empresas da mesma maneira, por exemplo, e não fisiologismo. Tenho certeza que os liberais não defendem o fisiologismo: o beneficiamento, a troca de favores, o uso da riqueza que é de todos. O senhor vem aqui muitas vezes dizer: “O meu dinheiro não vai sustentar privilégio”. E eu quero lhe dizer que, se aprovar aqui, o dinheiro público vai sustentar privilégio. Então, eu quero coerência nas falas liberais aqui da tribuna.

Quero dizer que há um equívoco, que há de ser provado – Ver.^a Fernanda Melchionna, que o tempo é nosso, coletivo – a acusação que faz na tribuna de um partido ou de outro promover ocupação para grilagem. Agora, nós defendemos a função social da terra. E eu vou ler o que a Constituição diz ser função social da terra, Ver.

Camozzato, mesmo a propriedade privada tem que atender à função social, que será regulamentada pelo Estatuto das Cidades, que diz o seguinte (Lê.): “À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei.” Portanto não existe uma propriedade independente do bem-estar coletivo e da função social da terra. A terra está aí para as pessoas viverem, morarem e dela extraírem o seu alimento, eu não preciso dizer isso para V. Exa. com certeza. E, Vereador-Presidente, eu lhe parabeno pelas falas, essa discussão não é uma mera discussão, Ver. Cassio, de estar ou não na zona rural – o senhor sabe bem disso porque entende muito bem de Plano Diretor. Sabe que antes de nós retomarmos a zona rural, essa terra não tinha índice nenhum, nós não tivemos aqui nesta Casa nenhum protesto de nenhum proprietário de área, de nenhuma empresa dizendo: “Não, não aprovem a zona rural, porque o meu terreno está perdendo o índice construtivo, densidade, etc., etc.” Não é esse o debate, mas eu me alio no caminho de que tem que preservar a área rural. Então, nesse caso, essa área foi comprada por uma empresa, senhores e senhoras, e eu respeito muito a defesa de vocês que vêm apoiando esse interesse, afinal ele é legítimo, foi comprada por uma empresa onde, a cada 100 metros quadrados, poderia construir apenas 10 metros quadrados – esse era o índice da compra dessa área. E este projeto de lei faz com que, Ver. Mauro Zacher, a cada 100 metros quadrados se construam 100 metros quadrados – de 10 para 100; de 0,1 para 1. É simples assim, aprovada esta lei, passarão a ser 100 metros quadrados: tenho 100 metros, posso construir 100 metros. O que significa isso? Significa autorização do direito de construir, o Mauro aqui se referiu a outro. E há o Estatuto da Cidade regulamentando a função social da terra, são leis, diz que é possível isso, mas essa outorga para construir, essa autorização para construir, porque quem zela pela regra do que pode ou não construir é o Governo em nome da sociedade, no interesse da sociedade. Então, a autorização do direito de construir é onerosa, não pode ser gratuita, não pode, porque esta é uma riqueza que é de todos e esta é uma riqueza, e os índices construtivos vendidos pela Prefeitura são vendidos em leilão, índices menores, no balcão, e estes valores angariados pela Prefeitura, 80% deles devem voltar em habitação popular, ou seja, são mecanismos construídos através de legislação para garantir a função social da terra, para todos os níveis de possibilidade de aquisição de imóveis possam ser respeitados. É só por isso, Ver. Alex, que nós, aqui na tribuna, e pelas suas palavras duras disse de imoralidade, e eu acho que há ilegalidade, e acho sim que uma ação jurídica pode anular uma concessão sem contrapartida de índices nesse volume - não é possível, não é possível -, não nos cabe isso, não estamos autorizados nem pela Constituição Federal, Presidente, e nem pelo Estatuto das Cidades. O Governo é quem deveria tomar a iniciativa, e é possível, sim, Ver. Mauro, através de um projeto especial, o Governo autorizar, provavelmente terá de passar por esta Casa, mas amarrando contrapartidas condizentes com este valor que está sendo concedido.

Portanto, concluo, a oposição não acompanha, questiona de forma veemente e entende que há outros caminhos para a empresa Melnick encaminhar os seus pleitos, que é através de um processo de projeto especial à Prefeitura de Porto Alegre que vai ela sim então identificar as necessárias contrapartidas para essa alteração, garantindo o

interesse público, por onde há densidade, Ver. Camozzato, há impactos no saneamento, no viário, na infraestrutura, na presença de segurança, na presença de escolas, etc. e etc., portanto tudo isso tem de ser dimensionado, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, não estou falando de nada estranho a muitos dos senhores e das senhoras. Vamos rejeitar o projeto e encaminhar a empresa pelo caminho correto para desenvolver o seu empreendimento aqui. Ninguém está contrário aos empreendimentos, mas preservando a legislação.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, eu fiz um apelo a várias bancadas no sentido de abrir mão da manifestação favorável ao meu projeto para que nós possamos votar esta matéria já devidamente esclarecida. Eu peço a V. Exa. que declare encerrado o encaminhamento, porque, efetivamente, ele está encaminhado, e que se passe imediatamente à votação.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O senhor me desculpe, eu não posso declarar o encaminhamento encerrado na medida em que a prerrogativa dos Vereadores é encaminhar se assim quiserem. Então, se todos os Vereadores abrirem mão de sustentarem na tribuna as suas razões ou as suas convicções, eu posso declarar. Se não, se algum Vereador quiser falar, eu tenho que ensinar ao Vereador o direito de fala. Então, eu consulto, atendendo o que pediu o Ver. Pujol, se alguma bancada deseja encaminhar ainda. (Pausa.) Não há mais quem queira encaminhar.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCL nº 042/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) (Pausa.) **APROVADO** por 20 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

Apregoo Ofício nº 420/GP (Lê.): “Senhor Presidente. Ao cumprimentá-lo cordialmente, informo V. Exa., conforme determina a Lei Orgânica Municipal, que estarei ausente do Município entre os dias 6 e 8 de maio do corrente ano para participar da 73ª Reunião Geral da Frente dos Prefeitos em Niterói/RJ, fazendo *jus* a eventuais despesas com passagem aérea e diária, para o custeio da estadia, alimentação e deslocamentos, nos limites estabelecidos na lei. Registro, por oportuno, que no período anunciado responderá pelo Executivo Municipal o Sr. Vice-Prefeito Gustavo Bohrer Paim. Atenciosas saudações, Nelson Marchezan Júnior.”

Apregoo o PLL nº 034/18, de autoria do Ver. Dr. Goulart.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2248/13 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 259/13, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera a ementa, os arts. 1º e 3º, inclui arts. 1ª-A, 1º-B e 3º-A e revoga o art. 2º da Lei nº 6.809, de 28 de fevereiro de 1991, dispondo sobre a inclusão de atividades pedagógicas relativas à educação para o trânsito nas escolas da rede pública municipal.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Guilherme Socias Villela: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Delegado Cleiton: pela rejeição do Projeto (empatado);
- da **CECE**. Relator Ver. Professor Garcia: pela rejeição do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01;
- incluído na Ordem do Dia em 06-02-17;
- discutiram a matéria os Vereadores Marcelo Sgarbossa e André Carús em 02-05-18.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em discussão o PLL nº 259/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde a todos, na verdade, começamos a discussão deste projeto na semana passada, e os Vereadores que aqui se posicionaram o fizeram favoravelmente porque realmente é um projeto que trata da educação para o trânsito em nossa Cidade. Nós tivemos, agora há pouco, a chegada aqui da EPTC, vários Vereadores e Vereadoras estão com o símbolo do Maio Amarelo nas roupas e o projeto é justamente nesse sentido.

Quero lembrar que já existe uma lei, desde o início dos anos 90, que trata da educação para o trânsito nas escolas. O que nós estamos fazendo aqui é simplesmente atualizando, com esse caráter novo, humanitário, de convivência pacífica, do compartilhamento das vias, de preferência dos modais não motorizados, tudo que a lei nacional de mobilidade urbana já traz para as nossas cidades. Então, o que nós desejamos é que as escolas, efetivamente, tenham educação para o trânsito.

O trânsito, como eu falei na semana passada, é um local muito propício para se estudar valores. No início da tarde falou-se muito aqui em educação de valores, através da Federação Espírita. Então, é nesse sentido que muitos países já adotam essa política. Ou seja, que no início da atividade escolar, seja na pré-escola, seja no ensino fundamental ou no ensino médio, a educação para o trânsito e a educação dos valores no trânsito – do compartilhamento, da convivência pacífica e harmônica – é um tema sempre muito propício e fértil para se tratar nas escolas.

Basicamente, é isso. Não estamos impondo nenhuma obrigação, estamos justamente, ao contrário, dizendo que cabe às escolas, junto com as direções, junto com a comunidade escolar, junto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, capitaneada por ela ou, ouvida a EPTC, estou aqui reproduzindo a literalidade do nosso projeto, cabe a toda a comunidade a discussão de uma educação escolar voltada também para a educação para o trânsito.

Então, vou convidar os colegas, agradecer aos que vieram à tribuna – Ver. André Carús foi um deles -, o Ver. Ricardo Gomes ficou de estudar o projeto, espero que encaminhe, aqui, favoravelmente pelo seu Partido, porque realmente é um projeto que trata de reforçar a ideia da educação na escola para o trânsito, numa lei que inclusive já existe. Não estamos impondo nada às escolas além do que já está colocado, que é essa lei dos anos 90, que trata da educação, seja na pré-escola, seja no ensino médio ou fundamental. Fica o convite para aprovarmos essa lei de uma certa simplicidade, mas de grande valia se tivermos educadores para o trânsito, como é o caso da EPTC – é bom lembrar que a EPTC tem um grupo que trata da educação para o trânsito que vai nas escolas, uma equipe muito qualificada, eu já fiz inclusive o curso da EPTC, já fui um dos alunos desta iniciativa, então é muito válido. Todas essas iniciativas têm que estar juntas: atores, entidades da sociedade civil, pessoas que militam nessa área. Então fica o convite para que a gente entenda o trânsito, ensine e trate ele como uma educação de valores. É neste sentido. Obrigado. Peço a aprovação em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores desse tão importante projeto de lei.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 259/13.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, colegas, especialmente ao Ver. Marcelo, a quem disse, na semana passada, que me aprofundaria ainda mais na discussão deste projeto e no seu estudo. De fato, quero só pontuar aos colegas que já há ditames na Lei Municipal a respeito da educação para o trânsito. O Vereador está sugerindo alterações no conteúdo disso, conteúdo ainda abstrato: responsabilidade social no trânsito, paz e segurança no trânsito. Só posso supor que ao abordar esse tema nas escolas esses aspectos sejam enfrentados. Segundo: ao ver o andamento do projeto, vejam que a própria Comissão de Educação deu parecer contrário, pela rejeição. Vejo que o Vereador propôs uma emenda para suprir o que foi rejeitado na CEFOR, na CUTHAB e na CECE, apenas na CCJ deu-se pela constitucionalidade do tema. Em todas as comissões temáticas por onde tramitou houve parecer aprovado pela rejeição. E por quê? Em já havendo lei municipal, em primeiro lugar, quem cuida de currículo escolar é o MECD, e nós estamos, de novo, votando lei inserindo aspectos no currículo escolar que já tem uma lei de diretrizes e bases, já tem

currículo do MEC, já há uma lei municipal quanto ao currículo, então já trata dessa matéria. Neste sentido, em se tratando pela emenda, Ver. Marcelo, de uma lei que deixa de ser obrigatória e, meramente, passa a sugerir a inclusão desse conteúdo, nós a entendemos ineficaz para os fins a que se propõe. Por isso, encaminhamos pela rejeição do projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 259/13.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Senhores e senhoras, é uma alteração de uma lei vigente. Vocês sabem que eu sempre subo a tribuna para dizer que não estabeleçam o que as escolas têm que dar no currículo, mas o Ver. Marcelo Sgarbossa está apenas alterando uma legislação, em vigor, que coloca de forma genérica que as escolas deverão trabalhar educação para o trânsito. E ele coloca princípios para isso que me parecem muito pertinentes, um parâmetro de conceitos e de valores que tornam a lei mais rica, mais completa e atualiza, na educação para o trânsito, essa ideia dos princípios da humanização das relações nas vias urbanas, prioridade para pedestres, prevenção de acidentes a pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas. Ora quantos dos nossos alunos vão ser motoristas, motoboys? E quantos acidentes acontecem com esses motoristas, e fatais, pela imprudência no trânsito, pelo desconhecimento de regras, pela falta de cuidado, de relação entre condutores? Acho que as mulheres percebem mais isso, talvez, do que os homens: a agressividade, a intolerância com alguém que vai mais devagar, que está procurando um lugar, que não sabe estacionar tão bem, “n” situações, a impaciência... Se tu não arrancas imediatamente quando a sinaleira abriu, nossa, já tem buzinas! Então, há valores que são de vida, Ver. Nedel, que não é exatamente uma disciplina técnica, não é disciplina também. São conteúdos, são parâmetros, conceitos. Conceitos, que dá para desdobrar em várias áreas. Portanto, não engessa e torna essa lei mais atual na percepção de todos que usam as vias urbanas, que não é apenas o motorista cuidando do sinal de trânsito, cuidando para não ultrapassar em lugares inadequados, cuidando para respeitar a velocidade, é muito mais que isso. É a convivência com ciclistas, que é um fenômeno novo. Muitas mortes de ciclistas na violência do trânsito urbano. O compartilhamento dos diferentes modais também é novo, é uma atualização importante, as pessoas serem tolerantes com quem carrega bicicleta; que venha a carregar até o *skate*, não é Marcelo? O *skate* hoje é utilizado como um meio de transporte. Eu vejo os jovens na rua, na Perimetral, em alta velocidade, me preocupa muito o *skate* entrar embaixo do ônibus. Esta compreensão dessa integração de modais. Então, Marcelo, quero te parabenizar, em especial, porque coloca como ênfase os diferentes usos não automobilísticos compatibilizando e, para isso preservar a vida com educação, com um modo muito mais solidário, muito mais cuidadoso de estar nas vias que são para todos. Portanto, acho que não tem nenhum problema aqui de melhor a lei vigente. Acho que não cometemos nenhum crime. Aliás,

muito antes pelo contrário, estamos tentando evitar que a violência do trânsito, que a gente celebrou há pouco com a fitinha amarela, um mês de campanha. Eu espero que esta Casa aprove essas dimensões de educação, dando para essa campanha uma contribuição da Câmara Municipal, que vem da vivência verdadeira, da militância verdadeira do colega Ver. Marcelo Sgarbossa e de muitos coletivos que vêm fazendo apelos para que isso aconteça. Então, eu gostaria de pedir, em nome da bancada do PT, o acolhimento do projeto de lei.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 259/13, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Eu não costumo encaminhar, ainda mais duas vezes – agradeço este espaço que o PSOL e o meu próprio partido, o PT, me concedem –, mas precisei voltar aqui para tentar esclarecer algumas questões que ouvi no plenário. Primeiro alguém falou: “Estamos impondo um conteúdo”. Eu mesmo já votei aqui, Ver. Janta, várias vezes, contrário a essa ideia de impor temas ao currículo das escolas, e é justamente o que o projeto não faz. O art. 3º diz que caberá à SMED, ouvida a comunidade escolar, a EPTC – e gente citou algumas entidades – elaborar os currículos e fazer como desejar. Então, não há uma imposição, realmente não há uma imposição através de lei, coisa que nós temos visto aqui no plenário; muitas vezes há projetos de lei que incluem no currículo disciplinas sobre “x”, “y” ou “z”, inclusive aprovados neste plenário. Aqui, nós não fizemos isso.

Nós tínhamos, é verdade, no projeto original, colocado obrigações para as escolas. É um projeto que tramita desde 2013, um dos primeiros projetos de nossa autoria, do nosso primeiro mandato. Ali dizia que seria obrigatória a colocação de cartazes, mas nós tiramos tudo isso, aí o Ver. Ricardo Gomes leu – essa parte ele leu. Nós fizemos a Emenda nº 01 que excluiu os artigos 1º, 6º e 8º do projeto. Por que nós excluimos esses três artigos? Porque justamente eles colocavam uma obrigação para as escolas. Então, se alguém aqui está preocupado, e infelizmente foi essa a fala do colega Ricardo Gomes, de que nós estamos impondo uma obrigação, longe disso. Posso até admitir que o projeto original tinha essa imposição, mas a nossa emenda, a Emenda nº 01, retirou essa obrigação.

O argumento que fica, então, e que não faz sentido nenhum, é de que estaríamos impondo no currículo disciplinas ligadas ao trânsito. Primeiro, é bom lembrar que nós não estamos criando uma lei que institui a educação no trânsito, a lei já existe, é de 1991, nós não estamos criando nenhuma obrigação, nós estamos aperfeiçoando, atualizando alguns termos técnicos, ou seja, não se fala mais em 1º e 2º grau, estamos falando em ensino médio e fundamental. Então, é uma mera atualização, e já por aí já faria algum sentido, ainda que não seja esse o tema central. O tema central é que justamente a gente deseja que nessa educação para o trânsito haja princípios norteadores dela. Muitos deles já estão no Código de Trânsito, é bem verdade, como as

questões da humanização e do compartilhamento. Caberá à Secretaria Municipal de Educação, de forma participativa, com toda comunidade escolar, de forma articulada também com a EPTC e entidades da sociedade civil envolvidas com trânsito e mobilidade, o planejamento do conteúdo programático das ações educativas do trânsito. Ou seja, caberá à SMED, ouvindo esses atores, a elaboração do conteúdo programático. Se eu estivesse trazendo o conteúdo programático, eu não estaria dizendo que caberá à SMED fazê-lo. Pode até ser redundante, mas o fato do artigo estar aqui é justamente um reconhecimento de que não cabe a um Vereador impor temas no currículo. Então, com todo respeito, podemos discordar das opiniões, mas, por favor, só não votem contra porque acham que nós estamos impondo temas no currículo das escolas. Não estamos, justamente ao contrário, estamos dizendo que caberá à SMED, ouvindo a comunidade escolar, fazer o conteúdo pedagógico e inseri-lo na grade curricular. Então vamos votar, discordando ou não, mas sem trazer nenhuma falácia, como foi o caso que escutei aqui. Desculpem, é uma palavra forte, mas tenho que falar. Isso nós não estamos fazendo. Então, por favor, fica aqui o pedido. Sim, já existe a lei, mas a lei fala em 1º Grau e em 2º Grau, a lei não trata dessa questão mais humanista do trânsito, a lei não fala disso. Então, realmente, é um aperfeiçoamento da lei que nós estamos propondo e que não vai impor, repito, nenhuma obrigação, muito menos de inserir na grade curricular uma matéria específica. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01 ao PLL nº 259/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 259/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 09 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 021/17 por uma Sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR RICARDO GOMES (Requerimento): Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Oito Vereadores presentes. Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h37min.)

* * * * *